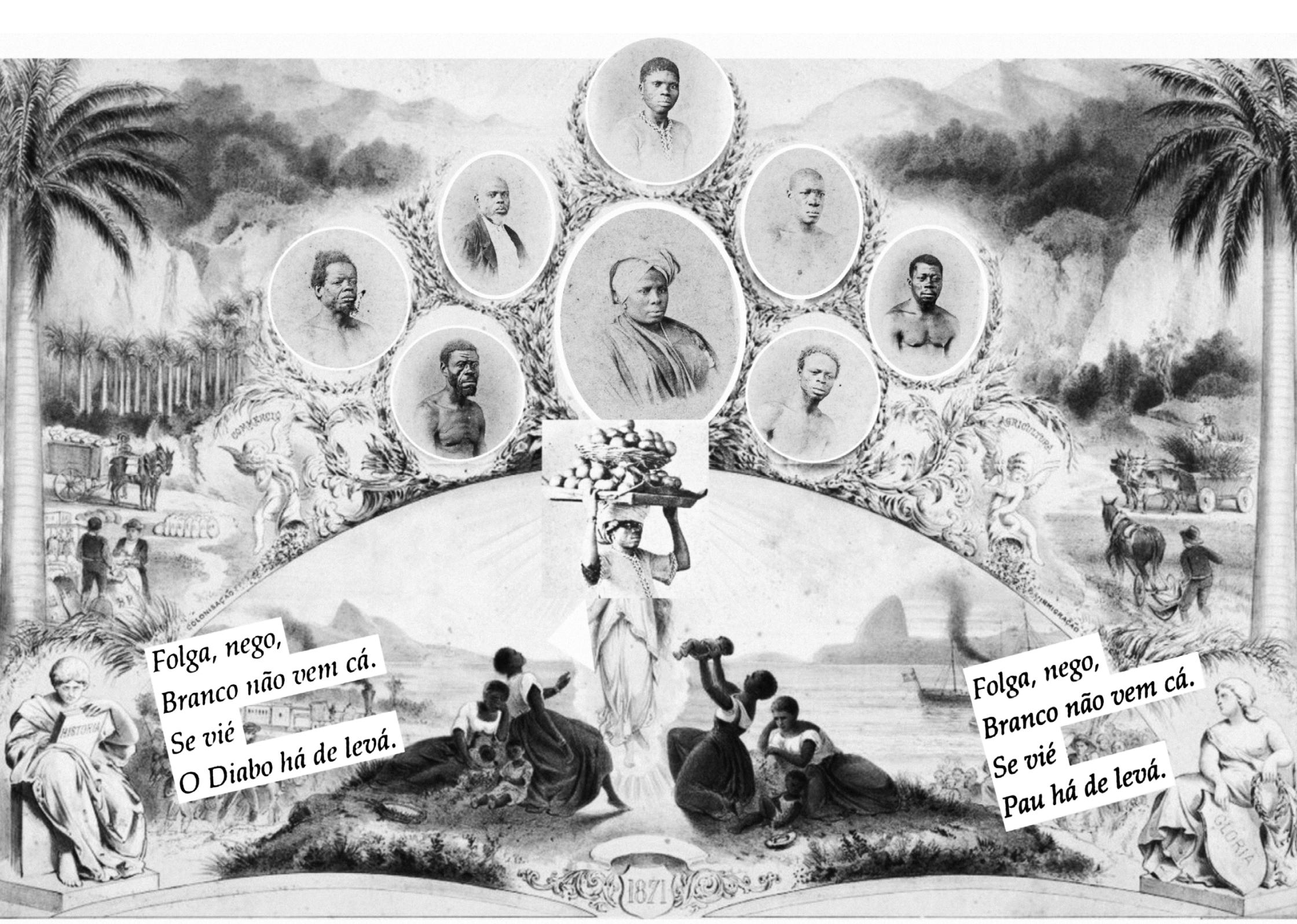


CALENDÁRIO
INSURRECIONAL
2024



LUTA
ANTI
ESCRAVISTA

TERROR
ESCRAVOCRATA



Folga, nego,
Branco não vem cá.
Se vié
O Diabo há de levá.

Folga, nego,
Branco não vem cá.
Se vié
Pau há de levá.

1871

Esta é a quarta edição do Calendário Insurrecional lançado anualmente pelo projeto **História da Disputa: Disputa da História** para rememorar as tradições de luta dos de baixo. Desta vez, o tema é a luta abolicionista nas décadas finais da escravidão. Como nas demais edições, a razão do que afirmamos se contrapõe ao que está dado. É de disputa que se trata, sempre.

Na história que os escravocratas e seus legítimos herdeiros promoveram e promovem, a Abolição foi fruto de tudo, menos da luta de quem era escravizado. Para alguns, tudo começou com tendências filosóficas vindas da Europa que inspiraram associações abolicionistas internacionais e iluminaram sinhozinhos caridosos da Faculdade de Direito. Para outros, o fim do regime escravista foi fruto de leis econômicas advindas do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo industrial, visto como motor do progresso e da liberdade (cada um tem a “mão invisível” que lhe apraz!).

Mas a lorota mais tradicional sobre o tema ainda é a de que a Abolição provém da família imperial e do círculo de pilantras em torno dela. Dotados de uma visão de grande alcance para a nação brasileira, juristas, parlamentares e ministros elaboraram e debateram planos para a superação da escravidão e entrada do país na modernidade, sendo o projeto final apresentado à assinatura da gloriosa princesa branca redentora dos negros.

A inversão é completa. Fora destes contos de fadas, a Europa, o Direito, o capitalismo, o Estado, a branquitude e a dinastia de Bragança são legítimos pais da escravidão, jamais da Abolição.

Para entender a história da luta entre escravidão e Abolição, antes de mais nada é

preciso observar que o terreno do combate não foi o território nacional brasileiro, mas boa parte do globo terrestre, impactado pelo colonialismo europeu.

Nunca é demais lembrar que a escravidão mercantil que existiu entre nós é uma instituição fundamentalmente europeia. Ela foi construída e expandida ao longo de três séculos sob o comando de reis, ministros, capitães-generais e investidores da Europa. Ela foi regulada por leis e ordenações que remontam ao direito romano de propriedade absoluta. Ela foi justificada pela igreja católica e por igrejas e seitas que romperam com Roma, mas não com a justificação do cativo, do roubo e do assassinato, em nome de Deus. Ela teve como principais motivações econômicas suprir demandas de mercados europeus por produtos tropicais e gerar grandes fortunas para investidores europeus e eurodescendentes, via pilhagem, comércio e produção escravista de mercadorias. África e América foram primeiramente invadidos por europeus para que a escravidão mercantil pudesse acontecer.

É evidente que formas de violência e de trabalho forçado existiram em todos os continentes nas mais diversas épocas, como existem neste exato momento. Porém, quando se trata da transplantação de mais de 10 milhões de pessoas à força da África para a América e sua escravização e transformação em mercadoria ao longo de quase 400 anos é de história europeia,



cristã e branca que se trata. É do latim que vem as palavras que definem a instituição e que a deram existência jurídica e cultural: cativo/cativeiro; servo/servidão, escravo/escravidão. Das línguas bantu faladas em Angola e no Congo as palavras que nos chegaram foram outras: o quilombo, o batuque, a quitanda, o dengo.... A bagunça também, e nos parece claro que sem ela não teríamos tido Abolição em 1888.

Já contamos muitas histórias de lutas anti-escravistas em edições anteriores.

No **Calendário 2021**, sobre as revoltas do Brasil monárquico, falamos da Insurreição de Queimado (Espírito Santo, 1849), da Greve dos Ganhadores (Bahia, 1857) e dos motins por ocasião do assassinato do jornalista negro Apulcho de Castro (Rio de Janeiro, 1883). Além disso, tratamos da atuação de pessoas escravizadas em movimentos rebeldes diversos, como a Revolta dos Búzios (Bahia, 1798), a Guerra dos Cabanos (Pernambuco e Alagoas, 1832), a Cabanagem (Amazônia, 1835-1840), a Guerra dos Farrapos (Sul do Brasil, 1835-1845), a Balaiada (Maranhão, 1838-1840) e o Ronco da Abelha (Nordeste, 1852). Por sua vez, no **Calendário 2022**, sobre a Independência, contamos a história do ciclo de revoltas Haussá, Nagô e Malê na Bahia (1807-1835), além da participação de escravizados e libertos em eventos como a Revolução Pernambucana, a Pedrosada e a Confederação

do Equador (Nordeste, 1817-1824), na Guerra de Independência e na Revolta dos Periquitos (Bahia, 1821-1824). Já no **Calendário 2023**, sobre as revoltas do período colonial, contamos a história das insurreições de escravizados no Engenho Santana (Bahia, séculos XVII a XIX), além de diversos textos sobre quilombos localizados em Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Somando tudo, dos 36 textos publicados nos Calendários anteriores, 20 falam diretamente sobre a resistência de pessoas africanas e afrodescendentes à escravidão, quase todos em épocas muito anteriores à campanha abolicionista, com seus banquetes, comícios eleitorais e discursos filantrópicos. Agora, o **Calendário 2024** é inteiro sobre luta antiescravista na época do Abolicionismo. Porém, tiramos o foco dos banquetes, parlamentos e decretos e o colocamos na luta.

Não devemos a Abolição à lei, mas ao enfrentamento contra as leis ilegítimas, iníquas e injustas. O Direito e o Estado foram por séculos os maiores garantidores da instituição, antes de serem forçados a suprimi-la, para que ela não acontecesse apesar do Estado e contra o Estado. A Lei Áurea não foi um passo dado voluntariamente pelo Império do Brasil rumo à civilização e ao progresso. Políticos de alta estirpe e de interesses baixos assumiram muitas vezes que era o medo da perda de controle

sobre os de baixo (não só os escravizados mas também a imensa população liberta e livre, pobre e racializada) que os motivava. Fosse para defender a escravidão com medidas repressivas, fosse para buscar uma transição segura e controlada para o trabalho assalariado.

O movimento abolicionista como força política internacional tem uma história que remonta ao chamado Século das Luzes, o que não significa que tenha saído da caixola de algum europeu. Em sua origem, foi motivado por escritos e feitos de egressos da escravidão atlântica como Olaudah Equiano (1745-1797) e Toussaint L'Ouverture (1743-1803). Quanto ao primeiro, publicou o mais influente relato sobre os horrores do tráfico transatlântico e da escravidão nas Américas, além de ser atuante no surgimento e expansão de algumas das primeiras organizações abolicionistas da Europa. Quanto ao segundo, trata-se do principal líder da Revolução Haitiana, que abriu de fato o "Século das Abolições" nas Américas.

A Abolição aconteceu em momentos diferentes em todos os países do continente ao longo do século XIX. Em 1800, apenas o Haiti tinha se libertado dela. Em 1850, a maioria dos países já não admitiam a escravidão. Quando os escravocratas foram derrotados na Guerra Civil dos Estados Unidos, em 1865, sobraram apenas Cuba (então colônia espanhola, que aboliu em 1886) e Brasil (último a abolir, em 1888).

Quadros da actualidade! O ministro-fazendeiro explicando o seu projecto aos lavradores

— Vocês comprehendem que, sendo eu lavrador, não podia deixar de tranquillisar a lavoura garantindo a propriedade escrava e fixando-lhe um valor.

5º lote	
Uma besta para cangaíba	200.000
8 porcos gordos a 300	240.000
6 carneiros a 150	900.000
Uma vacca toureira	200.000
Agostinho preto velho doente	600.000
Ignês, preta velha cega	100.000
Luis, crioulo 28 annos	900.000
Josanna e um ingenho	600.000
Antonio do d'amo, aleijado	700.000

Podem, pois, continuar a considerar o escravo um animal como qualquer outro e sujeito a ser comprado, vendido, serrado, etc, pelo menos nestes 10 annos.

É o que lhes garante o meu projecto.

AGRO é



No Brasil, ideias e propostas abolicionistas já circulavam desde a época da Revolução Haitiana e da Revolta dos Búzios, ocorrida na Bahia na mesma época. Porém, o surgimento de associações e outras formas organizativas com o objetivo de acabar com o regime escravista ocorreu apenas na segunda metade do século XIX. Por sua vez, o ingresso de uma quantidade considerável de indivíduos brancos e proprietários em organizações abolicionistas só começou após a Lei do Ventre Livre, em 1871, quando o Brasil já era o único país independente a manter a escravidão. Ingressaram, claro, para sentar na janelinha, atribuindo a si mesmos um “mandato da raça negra”.

Neste Calendário, a primeira data que destacamos antecede em 53 anos a Lei Áurea. Trata-se de uma lei de **junho** de 1835 que estabeleceu juridicamente a pena de morte para os escravizados que assassinassem seus senhores ou feitores - e eles foram muitos. O que lembramos, neste caso, não é uma lei repressiva, hoje exercida informalmente e discricionariamente por agentes do Estado e seus parceiros privados, mas sim os condenados à morte por esta lei. O fato de haver julgamento desses casos propicia aos historiadores ter algum contato com os relatos, argumentos e ideias de indivíduos que, muito mais do que Nabucos e Barbosas, enfrentaram o sistema escravista de frente.

Também contamos neste Calendário a história da luta das mães que tiveram seus filhos declarados legalmente livres em **setembro** de 1871, mas que continuaram escravizadas. Também neste caso, não se trata de rememorar a Lei, que mantinha as crianças “livres” sob o domínio do senhor de suas mães até a idade adulta, mas sim as mulheres que viveram e agiram num momento crucial para a história do fim da escravidão no Brasil.

Também são contadas neste Calendário as histórias de insurreições e conspirações de escravizados ocorridas nos últimos 40 anos de regime escravista. Naquele tempo, “insurreição” era um tipo de crime específico, estabelecido no Artigo 113 do Código Penal de 1830: “Julgar-se-ha cometido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.” Como se percebe, no Império liberal do século XIX brasileiro, a liberdade não só era proibida como dava pena “de morte no grão maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes.”

As insurreições e tentativas foram muitas, sendo que duas são aqui abordadas. A primeira é a conspiração de escravizados das nações Mina e Nagô de **fevereiro** de 1848 na fronteira sul do Brasil. A segunda é um grande levante em Minas Gerais em **outubro** de 1864, organizado por

escravizados que acompanhavam atentamente as notícias de que a escravidão estava sendo derrotada nos Estados Unidos, deixando o Brasil isolado internacionalmente.

O Calendário também conta a história de algumas estratégias do Abolicionismo no Brasil. Em **julho** de 1850, a criação, na Bahia, de uma das primeiras associações abolicionistas do país. Em **janeiro** de 1881, a ousada greve dos jangadeiros contra o tráfico de pessoas escravizadas do Ceará para o sudeste. Em **maio** de 1884, a Abolição no Amazonas, pequeno grande passo na estratégia de libertação de territórios pelo movimento abolicionista.

Dentre as estratégias, as que têm aqui mais destaque são as fugas organizadas por associações clandestinas ou semi-clandestinas nos anos finais da escravidão. Em **agosto** de 1884, uma ação armada de libertação de uma mulher escravizada dentro da estação da Luz, símbolo do poder dos barões do café, em São Paulo. Em **março** do ano seguinte, fugas em massa em Campos, Rio de Janeiro, onde os embates entre abolicionistas e escravocratas foram particularmente duros.

Em **abril** de 1888, às vésperas da Lei Áurea, outra ação, agora em Recife, organizada por um club abolicionista, com a libertação de 119 pessoas. O Clube do Cupim tinha como propósito permanecer secreto, para “destruir sem rumor” o edifício da escravidão.

AGRO é



Ah! Se se pudesse, como outr'ora, empilhar escravos, como se empilham hoje saccas de café Como não ficariam contentes o Commercio e a Lavoura...

Falamos sobre uma Lei de Abolição em **dezembro**, mas ela não foi assinada por uma princesa de uma dinastia que reinou sobre o Brasil de 1640 a 1889, sendo 248 anos de escravidão e 1 ano e meio sem ela. Trata-se da Abolição decretada por Cosme Bento das Chagas, líder quilombola, "Tutor e Imperador da Liberdade" nos sertões do Maranhão, em 1840.

Nunca é demais lembrar que, na obra da Abolição, nenhuma glória cabe aos pilantras de Bragança, que detiveram o poder absoluto

no período colonial e o poder moderador no regime constitucional do Império, mas levaram até o último limite o regime escravista no Brasil. No período colonial, aboliram a escravidão em território português em 1761, em nome da "civilização", ao mesmo tempo em que ampliavam como nunca a escravização na África e no Brasil. Definiram assim qual parcela do mundo deveria ser digna de aspirar à civilização e qual deveria ser condenada à barbárie, enquanto pagava a conta e preparava os banquetes da "civilização europeia", do "ocidente cristão", do "supremacismo branco".

Também é preciso lembrar que nada devemos aos republicanos que saíram vitoriosos em 1889. Assim, o único evento posterior à Abolição que incluímos é um massacre de manifestantes negros que protestavam em São Luiz contra o temor de que a Proclamação da República, em **novembro** de 1889, significasse o regresso da escravidão. Afinal, o novo regime republicano era comandado por velhos senhores escravocratas e por seus milicos de estimação. Eles não revogaram a Lei Áurea, como temiam os libertos do Maranhão, mas atuaram sistematicamente no sentido de negar direitos e exterminar a população negra do Brasil.

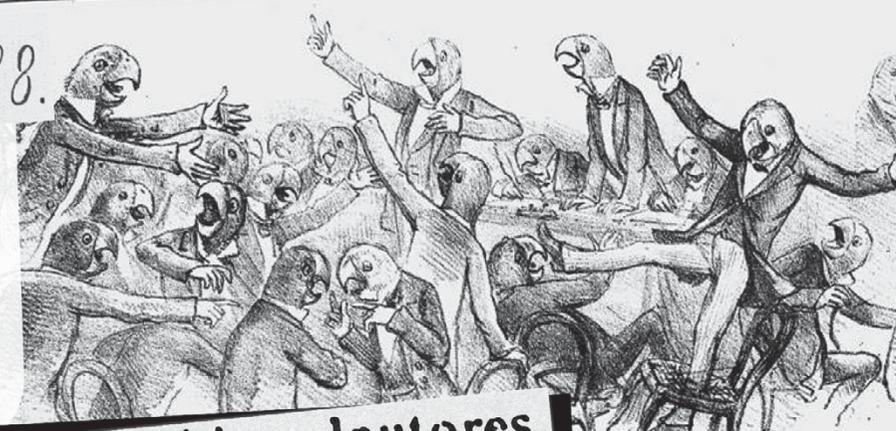
A Abolição foi fruto de lutas que se sucediam desde que os primeiros navios europeus cruzaram o Atlântico conduzindo pessoas para serem vendidas. As primeiras fugas e revoltas são dos primeiros tempos. Palmares surgiu quase 300 anos antes da Lei Áurea.

Se nada disso foi suficiente para derrotar o regime escravista antes de qualquer outro lugar do continente, isto sim devemos às elites políticas e econômicas do Brasil. Em especial, o latifúndio monocultor exportador escravista, que hoje se apresenta sob a denominação Agronegócio. Foi principalmente contra a violência do Agro que se deu a vitória da Abolição. Que sua derrota completa se realize!



13 de Maio de 1888.

2024



Mas, quem foi que fez o dia,

Quem faz a aurora surgir ?!

Seriam os sabios, doutores,

Aristocratas senhores,

d	s	t	q	q	s	s
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

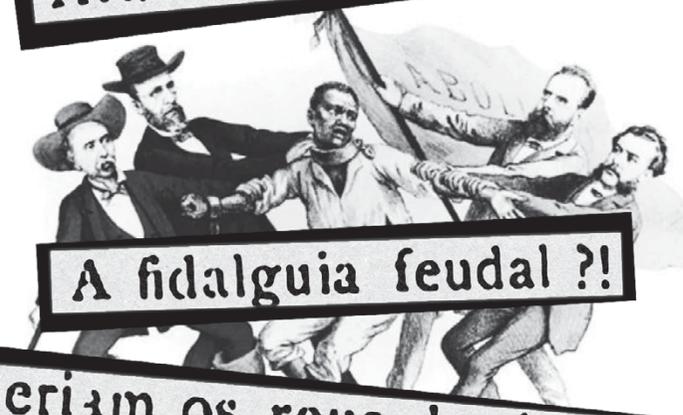
Janeiro

d	s	t	q	q	s	s
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

Fevereiro

d	s	t	q	q	s	s
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Março



A fidalguia feudal ?!

Seriam os reus do delicto

d	s	t	q	q	s	s
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

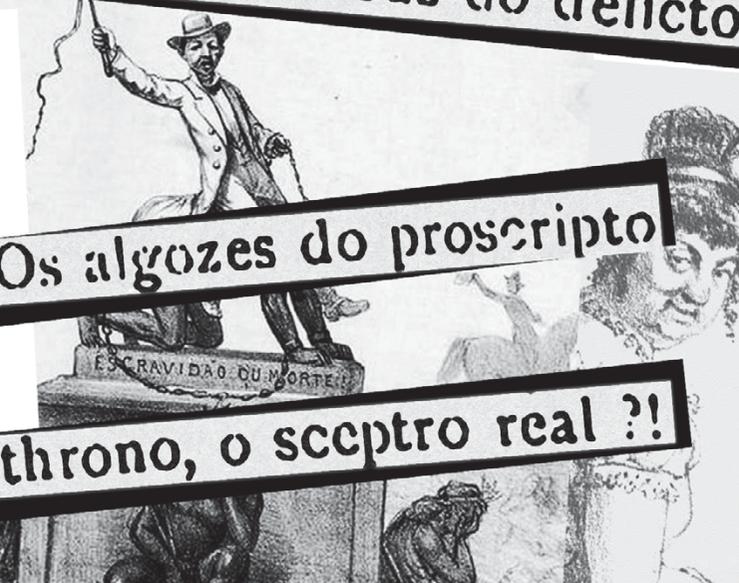
Abril

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Maio

d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Junho



Os algozes do proscripto

O throno, o sceptro real ?!

Não tem ninguém o direito



d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Julho

d	s	t	q	q	s	s
					1	2
					3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Agosto

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Setembro

De arvorar-se em autor do feito

d	s	t	q	q	s	s
	1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Outubro

d	s	t	q	q	s	s
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Novembro

De dizer—eu fiz a lei,

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Dezembro

Quem menos fez foi o REI !



Quando na grande cruzada

Pela patria escravizada



JANEIRO

**GREVE
ANTI-ESCRAVISTA**

1.500 pessoas gritavam no cais:

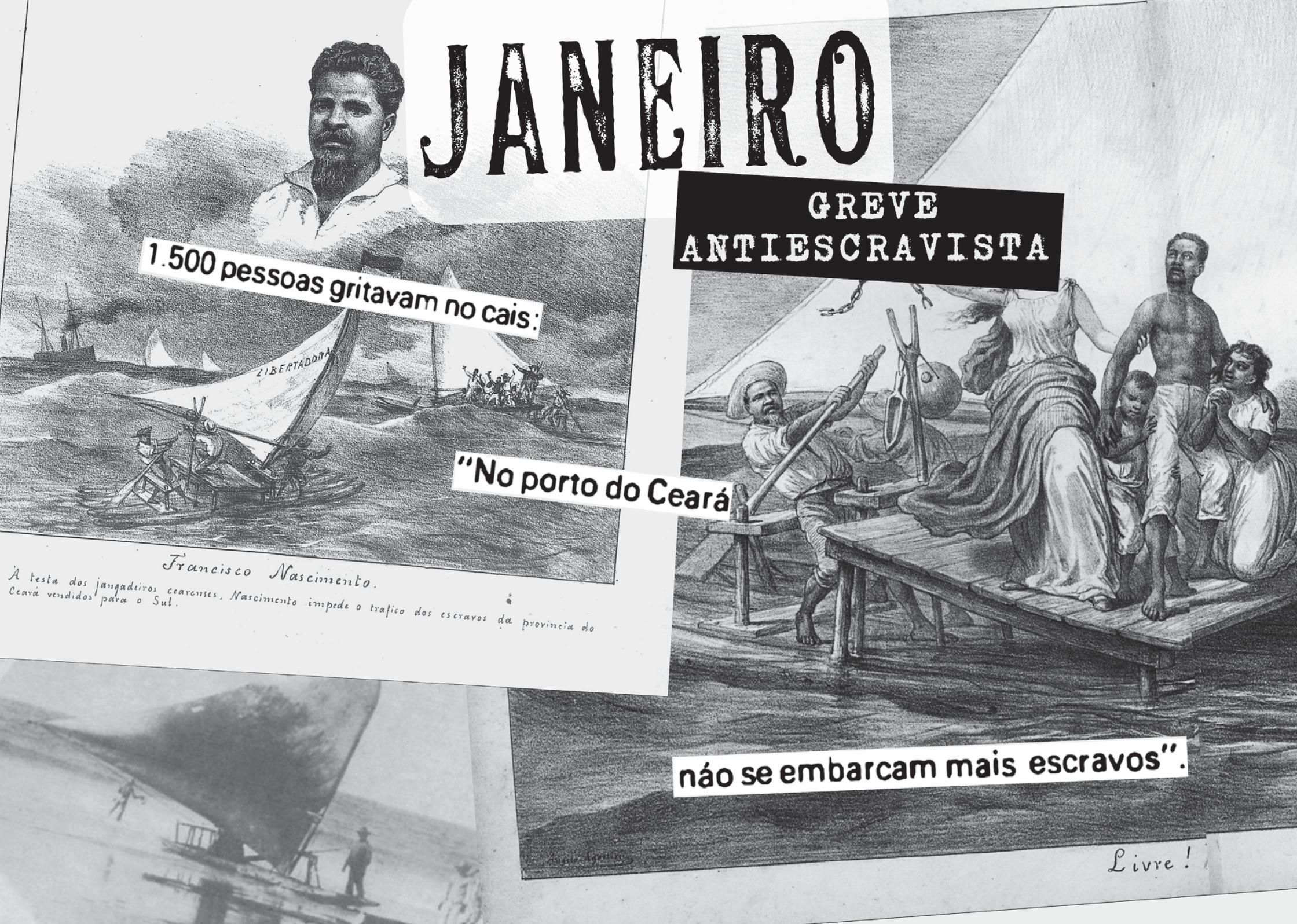
"No porto do Ceará

Francisco Nascimento.

À testa dos jagadeiros cearenses, Nascimento impede o trafico dos escravos da provincia do Ceará vendidos para o Sul.

não se embarcam mais escravos".

Livre!



D

S

T

Q

Q

S

S

1 CRIADA A REVISTA ILLUSTRADA ABOLICIONISTA (RJ, 1876). / REDENÇÃO (CE) É O PRIMEIRO MUNICÍPIO SEM ESCRAVIDÃO (1883)

2 EM TENTATIVA DE ROUBO A ENGENHO, DOZE PESSOAS DO QUILOMBO DE CABO FRIO (RJ) SÃO CAPTURADAS (1805)

3

4 INSURREIÇÃO DE ESCRAVIZADOS DE NAÇÃO HAUSSA NA BAHIA (1809)

5

6 FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE LIBERTADORA (1883)

7

8

9

10

11

12

CHEGA A PALMARES EXPEDIÇÃO COM MAIS DE 6 MIL BANDEIRANTES PARA DESTRUIR OS MOCAMBOS (1694)

13

APÓS MUITA RESISTÊNCIA, CAPTURA DO BANDOLEIRO QUILOMBOLA JOÃO MULUNGU, EM SERGIPE (1876)

14

DIVERSOS CANAVIAIS SÃO INCENDIADOS POR ABOLICIONISTAS ENTRE A PENHA E GUARULHOS (SP, 1887)

15

16

ABOLIÇÃO EM PORTUGAL. MOBILIZAÇÃO AFROINDÍGENA PARA QUE SE APLICASSE AO BRASIL (1773)

17

EXPEDIÇÃO HOLANDESA CONTRA PALMARES (1644)

18

19

20

21

22 ATAQUE DOS COLONIZADORES A UM DOS MOCAMBOS FORTIFICADOS DE PALMARES (1676)

23

24

LEVANTE DOS MALÊS, EM SALVADOR (1835)

25

26

27

OS JANGADEIROS DO CEARÁ SE RECUSAM A COLABORAR COM A ESCRAVIDÃO (1881)

28

29

30

31

DATAS QUE OS RACISTAS PREFEREM ESQUECER



“Terra da Luz”, “Paraíso”, “Farol emancipador”. Grandes nomes valorizam a província do Ceará, a primeira a abolir a escravidão, oficialmente em 25 de março de 1884. Hoje feriado, a caminhada até a Data Magna traz consigo a originalidade de um movimento social que se forjou no calor da luta.

A situação da escravidão no Ceará era peculiar às vésperas da abolição. Com o fim do tráfico internacional em 1850, os fazendeiros do sudeste, ávidos pela lucratividade do café, recorreram aos escravos do norte e, principalmente, do nordeste. Tal processo produziu uma vultuosa migração de corpos negros em direção às zonas cafeeiras do vale do Paraíba (entre RJ, MG e SP) e do Oeste paulista. Um extremo climático — três anos sem chuvas na região a partir de 1877 — endureceu ainda mais as condições do povo no sertão cearense.

A fome generalizada, a diáspora da seca e as transformações sociais nutriram a terra onde cresceria o abolicionismo tal como em nenhum outro lugar do país.

Mesmo parte das elites da província, após construírem patrimônios com o tráfico de cativos, abriu mão de suas convicções escravistas. A imagem da guerra civil americana e das consequências da divisão do país entre um sul escravista e um norte abolicionista alarmava essa elite. Ainda na década de 1870, nos círculos letrados de Baturité e Sobral, se organizaram as primeiras entidades abolicionistas, a exemplo de várias cidades do país (ver JULHO). Na crise da seca, setores do comércio de Fortaleza e arredores fundaram a associação *Perseverança e Porvir*, que em 1880 se tornaria *Sociedade Cearense Libertadora*.

Buscavam contribuir com a emancipação através da compra de alforrias; a circulação de suas ideias se fazia a partir do jornal “O Libertador”. O entrave do Estado brasileiro para refrear a matéria da abolição, que parecia iminente, os obrigou a abandonar suas táticas comedidas e lançar mão de certa radicalidade. José Cordeiro e José Correia do Amaral optaram por se aliar às classes populares e a sujeitos como o Dragão do Mar, Luís Napoleão e Tia Simoa. Era o empurrão que bastava para demolir o carcomido edifício da escravidão no Ceará.

O imponente nome de “Dragão do Mar” apenas faz sombra à trajetória de Francisco José Nascimento. Filho de uma rendeira e um pescador de Aracati, foi lançado aos mares ainda criança, como garoto de recados. Na aparente calma das praias do nordeste, descobriu o tormento dos escravizados que eram vendidos de província em província. Das incontáveis histórias do mar, certamente ouviu falar de quando, em 1839, escravizados vingaram-se à fachadas do traficante e seus capangas e tomaram as rédeas da embarcação Laura II para tentar escapar.

No dia 27 de janeiro de 1883 estava programado um rotineiro embarque de escravizados na costa cearense, que subiriam no navio Pará ainda sem conhecer seu destino. Foram surpreendidos entretanto quando os trabalhadores do porto cruzaram os braços e afirmaram que, em suas jangadas, não embarcariam aquelas pessoas. Luís Napoleão e Tia Simoa foram fundamentais naquele dia, hora e lugar. Ambos negros e libertos, gozavam de grande prestígio junto aos jangadeiros. Unidos pela experiência da escravidão, Luís também havia alforriado suas irmãs com seu salário no porto. Foi ele quem deu a palavra final aos seus colegas.

A polícia tentaria acabar com a greve de imediato, não fosse o fato de que por toda a cidade já estava espalhado o chamado em prol da libertação e da defesa da Greve dos Jangadeiros. Na praia já se contavam os

milhares e dizia-se que “no porto do Ceará não se embarcam mais escravos”. De quebra, a escravizada Francisca aproveitou a comoção para anunciar que fora raptada ilegalmente, sequestrada com suas quatro crianças. Após pressão popular, de lá partiu liberta. Três dias depois, outro negreiro ficou atracado em vão no porto, mesmo com as chantagens e subornos dos escravistas. A *Sociedade* e outros órgãos da imprensa amplificavam o cotidiano da greve para todo o Brasil. O consenso da justeza da abolição era tal que nem o exército ousou entrar no caminho.

A reação escravista não tardou: o governo central puniu o Vice-Presidente da província e o 15º Batalhão de Infantaria do exército e tratou de nomear novos agentes para a repressão. Na manhã de 30 de agosto, no sexto mês de greve, o carniceiro chefe de polícia Mendes Vianna tentou liberar o cais. A cada dia que passava, os ricos comerciantes e fazendeiros perdiam o dinheiro que a venda de seres humanos garantia. Dessa vez, o embarque de pessoas escravizadas para Belém foi impedido por mais de cinco mil pessoas na praia. Demonstrando ousadia, a *Sociedade* ainda armou a libertação de duas pessoas durante a demonstração popular.

A ação dos jangadeiros antecipou-se à oficialidade, o direito escravista nada podia contra as forças reais da abolição. O burburinho da libertação chegava nos escravizados, que tramavam fugas rumo à Fortaleza.

A *Sociedade Cearense Libertadora*, que acumulou muito prestígio nesses meses, planejou então os próximos passos: atuaria de rua em rua, para libertar os bairros, depois as cidades e, por fim, toda a província.

O primeiro município a abolir a escravidão no Brasil foi Acarape, depois rebatizada Redenção e, em fevereiro de 1884, avaliava-se que 25 municípios já estavam livres no Ceará. A Lei Provincial n. 2034 de 25 de março de 1884 apenas consumou: a escravidão estava legalmente abolida no Ceará. De todo o Brasil vieram ex-escravizados rumo à terra liberta. Difusa, a resistência cearense buscava recepcionar os recém-chegados. Os núcleos de libertação, que auxiliavam em fugas, convenciam senhores ou pagavam as alforrias inspiraram outros grupos do mesmo caráter no Brasil.

À disputa política dos abolicionistas cearenses seguiu-se a disputa pela memória. E a burguesia — que sabe e possui meios de contar sua própria história — coroou-se como a grande responsável pela tarefa da libertação nacional, complementada pelo advento da República. Que tal processo não aconteceria sem os próprios escravizados e escravizadas, os jangadeiros, Tia Simoa, Napoleão e o Dragão do Mar, é para nós evidente. A alegada escassez de documentos e monumentos sobre esses agentes não deve limitar, mas expandir a potencialidade da nossa história.

FEVEREIRO

CONSPIRAÇÃO NA FRONTEIRA

— 8 de fevereiro.

A barca de vapor *Brazileira*, entrada de Pelotas no dia 6, trouxe a notícia de que se havia descoberto nessa cidade um levantamento que projectava fazer os escravos das charqueadas, e que devia ser levado a efeito na noite de domingo 7.

Charqueada (Enfardação) Pelotas-Rio G. do Sul-Brazil.

Tem sido já presos alguns 60 ou 80 escravos. Dentre esses, dois ha que sabem mais a fundo do plano do levantamento, e conhecem certo lugar onde se acha depositado ou escondido algum armamento de que se haviam premunido.

escravos da cidade

dos a franquearem, na hora aprasada, as portas das casas de seus senhores, assim de se proverem das armas que ali houvessem

comprometti-

Na manhã de sabbado algumas negras lavadeiras no Arroio de Santa Barbara, trabalhando e cantando, dizião entre si: Hoje lavamos para os brancos, e não tarda que os brancos lavem para nós.

D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

1 EXPEDIÇÃO
CONTRA OS
QUILOMBOS DE
CAMPOS DOS
GOITACASES,
RIO DE JANEIRO
(1792)

4

5

6

CONSPIRAÇÃO
MINA-NAGÓ EM
PELOTAS,
FRONTEIRA SUL
DO BRASIL
(1848)

7

8

FRACASSA
TOTALMENTE UMA
GRANDE EXPEDIÇÃO
CONTRA OS
QUILOMBOS DE
SERGIPE (1872)

9

10

PAIOLINHO,
ATUAL REDENÇÃO
DA SERRA,
É O PRIMEIRO
MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO A
ABOLIR A
ESCRavidÃO (1888)

11

12

INSURREIÇÃO
HAUSSÁ EM
SANTO AMARO E
SÃO FRANCISCO
DO CONDE,
BAHIA (1816)

13

14

15

16

17

18

CONSPIRAÇÃO
HAUSSÁ EM
CACHOEIRA,
BAHIA (1813)

19

20

CARTA RÉGIA
REPRIME
MULHERES NEGRAS
DONAS DE VENDAS
QUE AS UTILIZAM
PARA ORGANIZAR
FUGAS (MG, 1787)

21

PEDROSADA,
EM PERNAMBUCO,
EXIGINDO O
PODER PARA
PARDOS E PRETOS
(1823)

22

23

24

25

TENTATIVA DE
LEVANTE EM
SERGIPE TRAZ
O TEMOR DE
"OUTRA
REPÚBLICA DO
PALMAR" (1809)

26

27

28

INSURREIÇÃO
HAUSSÁ EM
SALVADOR
(1814)

29

A isto accrescenta-se que esse negocio era mane-
jado ou movido por alguns oribistas que se
achão disseminados por Pelotas, e corre tambem
que se acha já preso um tenente coronel de Ro-
sas.

Temos por aqui estado incommodados com a
insurreição dos negros, dos quacs já estão mais
de 100 presos. Parece que se propunhão evadir-
se de seus senhores, e irem, segundo se diz, para o
estado vizinho. Hontem principiãõ a castiga los
para descobrir se o plano, mas nada se tem con-
seguido saber. Parece que todos os complicados
linhão por signal rapada uma parto da cabeça a
mancira dos frades.

Projecto de levantamento.

car. nificina projectada contra os brancos

O medo da morte e da tortura não impedia os atos de sangue, que eram relativamente frequentes. Nas charqueadas de Pelotas, onde os cativos trabalhavam com facas afiadas, no último meio século de escravidão, registraram-se, no mínimo, uns oitenta assassinatos de senhores e feitores.

Fugio

No dia 4 do corrente o escravo Ma-
noel Pêdra, crioulo, sem barba, cõr re-
tinta, baixo, grosso de corpo e tem uma
cicatriz na testa; desconfia-se que se-
guisse para Bagé, d'onde foi elle com-
prado á José Pereira Leites; quem o
agarrar e entregar a seu senhor o Sr.
Francisco Annibal Antanes Maciel, será
bem gratificado. Pelotas, 12 de Se-
tembro de 1876.

Este calendário propõe como recorte as lutas compreendidas no território que veio a ser chamado de Brasil, mas nem por isso partilhamos da ficção chamada História Nacional. Para compreender a história é preciso conhecer os locais onde ela é vivenciada e as articulações mais amplas tecidas a partir daí. Articulações cujo alcance, numa época de poderes coloniais que buscavam subjugar todos os continentes ao colonialismo, era o

mundo como um todo. Nas áreas fronteiriças, os limites da história nacional se mostram mais evidentes, afinal as pessoas, os acontecimentos e os acasos atravessam as fronteiras mais facilmente que os documentos oficiais, sempre restritos cada um à sua própria jurisdição. Pensar a história da *conspiração mina-nagô na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul*, é pensar uma história onde muitos lugares se sobrepõem num mesmo tempo.

De cara, os *mina-nagô* remontam ao território da costa oeste africana, notadamente a Costa da Mina, no golfo da Guiné. Hoje, dizemos que ali estão os estados que vão da Costa do Marfim à Nigéria. A denominação Costa da Mina, no entanto, não era compartilhada pelos próprios africanos, sendo categorizada pelos europeus no desenrolar do empreendimento da venda de seres humanos no Atlântico. De lá, muitas pessoas escravizadas cruzaram o oceano até as Américas, de tal forma que o espaço se confunde com a denominação dada pelos europeus de “Costa dos Escravos”. Ali, havia uma cidade chamada Elmina, em Gana, e, parte tomada pelo todo, toda a região tornou-se Costa da Mina. Como as diferenças étnicas aparentemente pouco importavam para o colonizador, no Brasil, com exceção da Bahia, o termo *mina* foi utilizado para classificar povos muito distintos entre si, como os *nagô* (iorubá), os *ashanti*, os *jeje* (daomeanos), os *haussá*, os *mina* etc.

O número e a composição étnica dos escravizados rotulados como Mina variava segundo os conflitos internos relativos à África. Com a ascensão do império de Oió no século XVII, por exemplo, houve uma constância no número de escravizados, uma vez que a maioria destes provinha da guerra. Simultaneamente, o início da exploração do ouro nas Minas Gerais, por outro lado, manteve em alta os lucros dos comerciantes portugueses, holandeses, dinamarqueses, franceses e ingleses que traficavam escravizados na região.

No Brasil, chegavam principalmente por Salvador, e na mesma Bahia muitos ficavam. São essas pessoas, notadamente as islamizadas, que protagonizaram o Levante dos Malês, a maior revolta urbana das Américas, em 1835. Seu número sempre foi elevado, suplantado apenas pelos assim chamados bantus no século XIX.

Seja migrando internamente ou atracando direto pelo Rio Grande, os mina-nagô eram mais de um quarto da população escravizada de Pelotas nos anos de 1840. O município e suas adjacências eram conhecidos pelas charqueadas, a principal indústria local, que naquele momento estava em sua época de ouro. Na produção de carne seca, as pessoas escravizadas enfrentavam condições dramáticas, sujeitas à insalubridade dos ambientes da matança de animais e ao pesado trabalho imposto pelos senhores, cada vez mais numerosos e poderosos. Um sinal de que a submissão não era completa era que o assassinato de capatazes no município era acima da média.

A economia da região, por sua vez, foi marcada pelos conflitos na fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina, a começar pela Guerra da Cisplatina (1825); a Farroupilha (1835-1845); e a Independência (1828) e a Guerra Grande no Uruguai (1839). A partir de sua posição, os escravizados se envolveram ou foram envolvidos nessa turbulência. Desde a militarização, tendo em vista que se prometia aos escravizados a libertação em caso de vitória (caso dos lanceiros

negros da Farroupilha), como também das fugas, possibilitadas pelas cisões entre as elites locais.

No caso das fugas, a partir de 1842, tomam uma nova forma com a abolição da escravidão no Uruguai, concretizada em 1846. A partir de então, não foram raros os casos de pessoas que alcançavam a liberdade se refugiando na pátria vizinha, o que fomentou ainda mais rivalidades nacionais. O medo dos charqueadores com a possibilidade de revolta escravizada, ecos do Haiti e dos Malês, chegou ao ápice em 1848.

Tudo parecia correr normalmente nas charqueadas e olarias que abrigavam quase metade das pessoas escravizadas de Pelotas. Sem que os senhores desconfiassem, de boca em boca ia se transmitindo, talvez no léxico Iorubá, que no fim de janeiro haveria uma grande matança de brancos, finalizada com a fuga para o Uruguai. Não se sabe o que fez com que o plano fosse adiado de 30 de janeiro para a semana seguinte. Causa ou consequência, o adiamento fez com que a conspiração se revelasse e permitiu a ação preventiva da polícia, chefiada por um delegado charqueador.

Diz-se que o escravizado Procópio explanou a trama e negociou as informações pela sua liberdade. A sublevação contaria com centenas de envolvidos, que se identificavam pela cabeça raspada, e que estavam tanto nas charqueadas e olarias, quanto na cidade, onde um ferreiro e um couteleiro espalhavam o chamado adiante.

Grande quantidade de munição e armas escondidas — mosquetes, carabinas e facões — era a garantia da vitória, visto que a força policial de Pelotas contava com menos de cem homens.

Mal fadada a sublevação, houve resposta enérgica dos escravistas. Todo negro era culpado daquilo que não ocorreu, até que se provasse o contrário, ou não. Prisões em massa foram efetuadas, seguidas por sessões de tortura para obter informações sobre a profundidade da sublevação. Boatos circulavam de todos os cantos. Se dizia que havia surgido um novo quilombo na Serra dos Tapes e também que as “forças estrangeiras” estavam fomentando a revolta. Nada confirmado, nada exato.

A notícia levou 2 dias para chegar à imprensa de Porto Alegre, com exagerada carga de dramaticidade, onde se exaltou o papel fundamental de Vieira Vianna, delegado e escravizador, “[na] salvação de milhares de vidas que estavam destinadas a perecer debaixo do ferro assassino dos cativos”. Curiosamente, parece não ter havido uma devassa e julgamento dos envolvidos. Os autos costumam ser úteis ao estudo de sublevações pois, apesar de produzidos pelos opressores, podem dar voz aos oprimidos e delinear melhor a arquitetura da revolta. Pelo que se vê, os charqueadores optaram por fechar o caso à sua sádica maneira, punindo privadamente todo ato de insubordinação e revolta.

MARÇO

**AÇÃO DIRETA
ABOLICIONISTA**

quando o trem ia partir
apresentou-se um grupo que lá es-
tava, dizendo os que nelle vi-
nhão que trazião um preto que se
achava prezo na fazenda de Orbilio
Bastos, em um tronco

Não ha nesta cida-
de quem ignore o sobresalto e pani-
co em que vive ha mais de um anno
todo este municipio, pelas tropellias,
insultos e aggressões de um grupo
que se intitula abolicionista.

na
noite anterior haviam
ido com um grupo de
80 á 100 pessoas á fa-
zenda de Orbilio Bastos
com o fim de trazerem
Laurentino, que estava
soffrendo um captiveiro
illegal.

Os prejuizos do ultimo cannavial in-
cendiado,

ANNO II CAMPOS - Quarta-feira, 25 de Março de 1855 NUM. 91

VINTE E CINCO DE MARÇO

ORÇÃO ABOLICIONISTA

Publica-se ás Quintas-feiras e aos Domingos
REDACTOR LUIZ CARLOS DE LACERDA



D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

1 ORGANIZAÇÃO DE
RONDAS CONTRA
A RESISTÊNCIA
DO QUILOMBO DO
ICARAÍ, RIO DE
JANEIRO (1763) 2

3 O REI DE PORTUGAL
DECRETA A
MARCAÇÃO COM
FERRO QUENTE PARA
"OS NEGROS QUE
FOREM ACHADOS EM
QUILOMBOS" (1741) 4

6 REVOLUÇÃO
PERNAMBUCANA
(1817) / TOMADA
DE MANAUS PELOS
CABANOS (1836) 7

8 PRIMEIRO REGISTRO
DE RESISTÊNCIA
QUILOMBOLA EM
GRANDE ESCALA NO
BRASIL (1588) 9

10 11 12 INSURREIÇÃO NUM
BARCO PESQUEIRO
EM ITAPUÁ (BA).
CANAVIAIS
INCENDIADOS
(1828) 13

17 18 19 INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
QUEIMADOS,
ESPÍRITO SANTO
(1849) 20

21 REBELIÃO
NO ENGENHO DA
PONTA (BA, 1814)
/ VITÓRIA
QUILOMBOLA
CONTRA EXPEDI-
ÇÃO REPRESSIVA
(PE, 1822) 22

23 CONSPIRAÇÃO
DE ESCRAVI-
ZADOS DO RIO
DAS MORTES
(MG, 1719) 24

25 INSURREIÇÃO DE
ESCRAVIZADOS
EM CACHOEIRA
(BA, 1827) 26

27 REVOLTA
HAUSSÁ NOS
ENGENHOS
DE IGUAPE,
BAHIA, PARA
ABOLIR A
ESCRavidÃO
(1814) 28

24 25 O CEARÁ
É A PRIMEIRA
PROVÍNCIA A
ABOLIR A
ESCRavidÃO
NO BRASIL
(1834) 29

26 AÇÕES DE FUGA
EM CAMPOS (RJ),
COM INVASÃO DE
FAZENDAS E
SEQUESTRO DE
TREM (1885) 30

28 29 30

31



Tudo isto aconteceu na mesma ocasião em que os jurys agrícolas absolvem os lynchadores, os homens que arrombam as cadeias, arrastam as victimas para a praça publica e ahí esphacelam os seus corpos, não deixam de al-

O Corpo policial da provincia do... Sr. Paulino, ao serviço dos negreiros campistas, attaca de modo selvagem a Typographia do jornal abolicionista em Vinte cinco de Março, destruindo todo o material. Os abolicionistas defendendo-se com toda a coragem contra esses vandalas, travam grande lucta, havendo ferimentos de parte a parte.



Não se pode resumir a relação entre senhores e escravos como, de um lado, a hegemonia senhorial, o completo domínio, e de outro a passividade de quem foi escravizado, que apenas reage. A depender da situação, seja da fazenda ou do país, prevalecia a lógica da negociação sobre o conflito. Abria-se mão do chicote pela catequização, por exemplo, e cada lado operava nessa lógica à sua maneira, de forma desigual. Mas essa via “pacífica” sempre pareceu estreita nas relações escravistas em Campos, província do Rio de Janeiro.

Nesta cidade, no dia 26 de março de 1885, dezenas de abolicionistas se dirigiram a uma fazenda para libertar três homens que estavam sofrendo torturas no tronco. Os fugitivos foram levados para um esconderijo sob a redação de um jornal. Para chegar lá, os abolicionistas se apossaram do vagão de um trem, onde levaram também o tronco, para que fosse exposto no centro da cidade como denúncia à violência da escravidão. Ações deste tipo foram comuns em Campos. Talvez não tenha havido em outro lugar do Brasil uma resistência tão direta ao escravismo em sua crise final.

Campos dos Goytacazes se encontra ao norte da capital, rumo à fronteira com o Espírito Santo. Há quinhentos anos, a região era habitada pelos Goitacás (ou Waytaká) e também pelos Corôados ao oeste. Tais civilizações barraram a colonização por um bom tempo, mas o impacto das epidemias de varíola abriu espaço para a cultura da cana em larga escala, com grande número de escravizados, no século XVIII. A dependência da mão de obra africana e a ampliação dos engenhos fomentou sua negação: a resistência negra à escravidão.

Os exemplos são inúmeros, a cidade tem um calendário de lutas para chamar de seu. Na área da mata próxima às freguesias de Campos e Macaé, negros e negras aquilombaram-se na

década de 1820 sob a chefia de Curucango, ex-escravizado de nação Moçambicana. Naquelas bandas, prepararam roças de milho e feijão para uma comunidade de mais de 100 pessoas. Os mocambos estabeleciam relações com fazendas e tavernas ao redor, seja de tipo pacífico (trocas) ou violento (roubos). Tavernas nas estradas ligavam as freguesias e sediavam batuques que incomodavam as autoridades.

Tão correntes eram as fugas na província do Rio de Janeiro que as matas eram conhecidas como “sertão dos calambolhas”, lugar de frequentes expedições e massacres dos capitães do mato. Paraty, Icaraí, Cabo Frio, Campo Grande, Sepetiba, Macacu, Macaé — qualquer lugar do Rio poderia sediar um foco quilombola. Em 1855, nos arredores dos Campos, um escravizado conhecido como Paulo liderou uma fuga com dezenas de escravos, que levaram consigo armas e munições.

Em 1870, em meio às discussões parlamentares que levaram ao “Ventre Livre” (ver SETEMBRO), surge a primeira sociedade abolicionista de Campos, a Ypiranga. Os tais “avanços na questão servil” que o Império gostava de ostentar podem ser vistos em contraposição a um episódio local que se passou três anos depois. Na fazenda de D. Ana Pimenta, ao menos quatro escravas participaram do justicamento de sua senhora, conhecida pelo excessivo rigor nos castigos. Elas argumentaram em julgamento que vingaram-se dela por conta

de uma sessão de torturas. O procedimento policial demandava um corpo delicto nas mulheres, providenciado pelo delegado. Por pressão da elite escravista, este foi demitido por fazer seu trabalho e comprovar a existência de profundas feridas.

A cidade entra na década de 1880 com um número de escravizados superior a trinta mil e um acúmulo de tensões. Como a maré, que recua para depois avançar, o movimento abolicionista inundaria aquele município, ainda que tardiamente. Há uma figura central nos acontecimentos que vão de 1884 até a Lei Áurea. Filho de médico, advogado e ex-delegado do município, seu nome é Carlos de Lacerda, e não se sabe de fato o que o fez mudar de opinião tão radicalmente sobre a escravidão, pois acreditava que pessoas negras eram mal educadas para a liberdade apenas alguns anos antes de se envolver até o pescoço no abolicionismo.

Em 1884, funda um Clube Abolicionista que com seu jornal, *o Vinte e Cinco de Março*, esteve envolvido na maioria dos tumultos da cidade a partir de então. Com uma retórica inflamada, Lacerda ameaçava as elites com a possibilidade de uma “sublevação geral da massa de escravizados”; tramava, com as próprias pessoas escravizadas, o arrombamento de senzalas e a fuga em massa; cooperou com uma espécie de polícia abolicionista, que investigava, denunciava e desmoralizava

torturadores; colecionava instrumentos de suplício que tomava de fazendas para expor em seu *Museu Histórico* da barbárie escravista. Lacerda foi um dos participantes da ação de 26 de março de 1885, na qual três escravizados e o tronco em que estavam presos foram levados de trem para a cidade. Por essa ação foi preso, julgado e inocentado, junto com três parceiros abolicionistas.

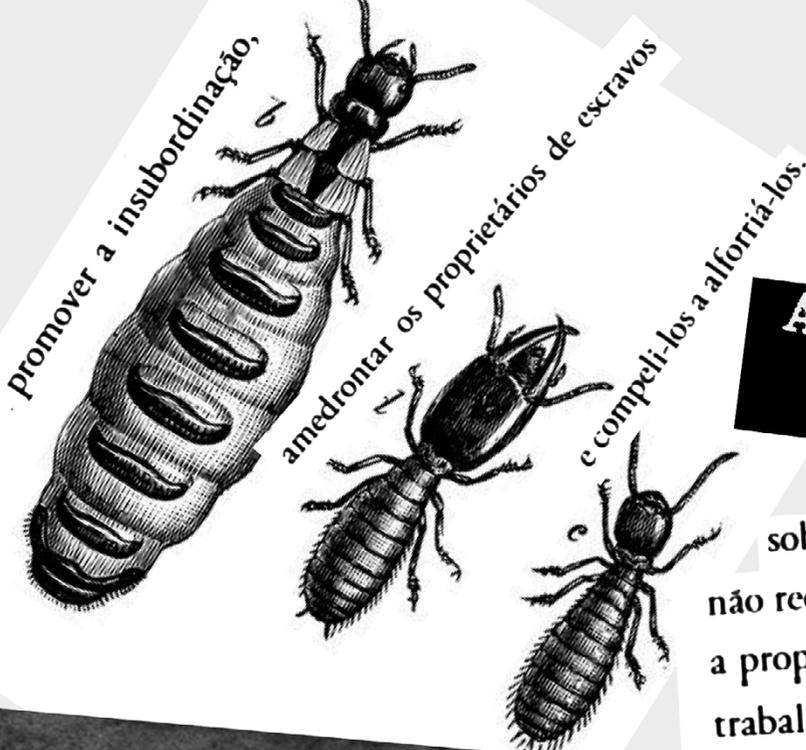
Simultaneamente às ações dos abolicionistas, cresciam as fugas e os quilombos na mata, além de levantes como os da Fazenda Boa Vista, com mais de 70 pessoas envolvidas. De 1885 a 1887, uma fantástica onda de incêndios tomou os canaviais de Campos. Nos inquéritos, os depoentes citavam Lacerda, mas é certo que a gente cativa assumia o risco pelas ações diretas. A classe proprietária lidava com prejuízos de grandes proporções e, como é de se imaginar, não foram poucas as inimizades que esse clube acumulou. As conferências que promoviam eram carregadas de tensão, com registros de atentados até com dinamite. Os principais membros foram presos, depois de resistir atirando, e a redação do jornal foi destruída em outubro de 1887.

As elites locais nunca estiveram tão encurraladas. O caso das matrículas tornou-se uma pauta urgente. Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe — dos “sexagenários” — que libertava condicionalmente aqueles que chegavam aos sessenta anos. Para tanto,

a matrícula de todas as pessoas escravizadas deveria estar atualizada e de acordo. Os abolicionistas então encontraram brechas substanciais em pelo menos metade das matrículas de Campos e exigiram a invalidez da servidão de uma grande quantidade de pessoas. Apesar do barulho, que ampliou as fugas e os boatos de que a escravidão havia terminado, os escravistas barraram a libertação no parlamento e no judiciário, suas casas.

Ao mesmo tempo que a escravidão caducava, parte dos senhores se apegava ainda mais à “propriedade”, exigindo a indenização em caso de libertação. O declínio dessa classe e a crise de sua lavoura fomentou um certo ressentimento contra a monarquia. Por outro lado, o partido abolicionista exigia a justa reparação ao povo escravizado: a “democratização do solo”, reforma agrária que nunca ocorreu.

Essa foi a tônica até a Lei Áurea, reconhecimento jurídico de um fato já consumado pela luta, principalmente pelas fugas em massa. Seguiram as elites encampando uma disputa pelo poder, na transição do Império para a República. Os negros libertos passaram a buscar por parentes em quilombos, novos contratos de trabalho em outras fazendas ou empregos em centros urbanos, nesse ir e vir de corpos que disseminavam também práticas ancestrais combinadas às novas situações.



promover a insubordinação,

amedrontar os proprietários de escravos

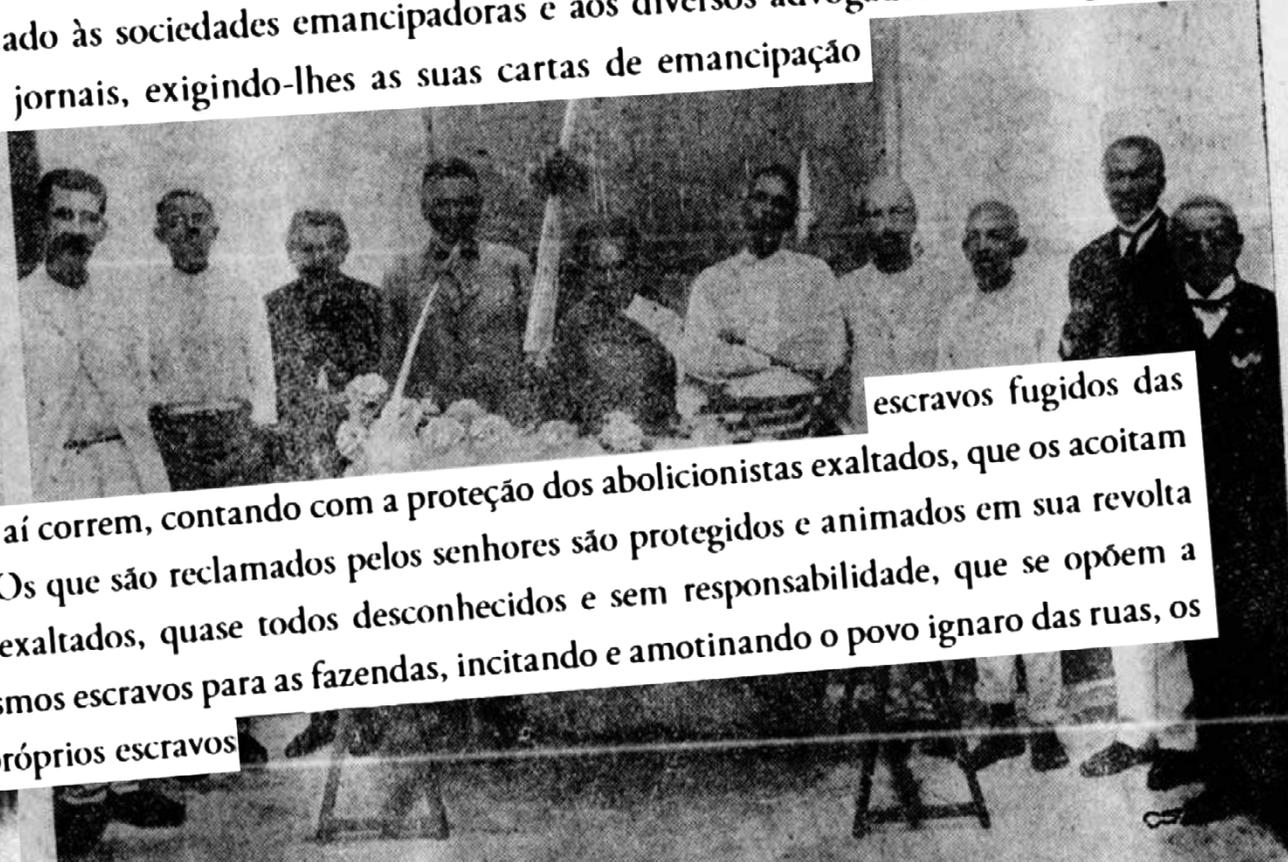
e compeli-los a alforriá-los.

ABRIL

ABOLICIONISMO CLANDESTINO

João Ramo,
Alu. Mac. Campina
José MARIANNO Carneiro da Cunha
de J. a fulli

sob a pressão e ameaça dos abolicionistas intransigentes desta Capital, muitos dos quais não receiam dos meios mais reprovados para pôr em prática os seus criminosos intentos contra a propriedade alheia. Assim é que de propósito se insinua aos escravos, que não devem mais trabalhar aos seus senhores por estarem libertos, acontecendo que muitos destes infelizes se têm apresentado às sociedades emancipadoras e aos diversos advogados desta Capital, como consta pelos jornais, exigindo-lhes as suas cartas de emancipação



escravos fugidos das fazendas para aí correm, contando com a proteção dos abolicionistas exaltados, que os acoitam e escondem. Os que são reclamados pelos senhores são protegidos e animados em sua revolta por homens exaltados, quase todos desconhecidos e sem responsabilidade, que se opõem a volta dos mesmos escravos para as fazendas, incitando e amotinando o povo ignaro das ruas, os vadios e os próprios escravos

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

CONSPIRAÇÃO DE
 ESCRAVIZADOS
 DE DIVERSOS
 MUNICÍPIOS DE
 MINAS GERAIS
 (1756)

NEGROS SE
 INSURGEM EM
 SALVADOR E
 LIBERTAM OS
 AFRICANOS
 RECÉM CHEGADOS
 (1830)

A ABRILADA
 DESENCADEIA
 A GUERRA DOS
 CABANOS, EM
 PERNAMBUCO E
 ALAGOAS (1832)

TENTATIVA DE
 INSURREIÇÃO
 ESCRAVA EM
 TAUBATÉ E
 PINDAMONHANGABA
 (SP, 1853)

INSURREIÇÃO
 ESCRAVA NO
 ENGENHO
 VITÓRIA, EM
 CACHOEIRA
 (BA, 1827)

ÚLTIMA GRANDE
 AÇÃO DO CLUBE
 DO CUPIM, EM
 RECIFE (PE):
 FUGA DE 119
 ESCRAVIZADOS
 (1888)

A ABOLIÇÃO NA
 GUIANA
 FRANCESA ABRE
 UMA NOVA ROTA
 PARA FUGAS DE
 ESCRAVIZADOS
 DA AMAZÔNIA
 (1848)

DATAS QUE OS RACISTAS
 PREFEREM ESQUECER

As notícias da Abolição no Ceará, em 25 de março de 1884 (ver JANEIRO) se espalharam como fogo por todo o Brasil, tornando rapidamente a luta abolicionista irrefreável em âmbito nacional. Em diferentes níveis e com táticas igualmente diversas, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, a causa do fim da escravidão mobilizou milhares de escravizados, libertos, brancos empobrecidos, parte vultuosa das camadas médias e até mesmo indivíduos das classes espoliadoras. A província de Pernambuco e sua população, que beirava o milhão de pessoas no último quarto do século 19, revela aspectos interessantes dessa luta em seu momento mais acirrado.

Mesmo com o controle da maior parte dos meios econômicos e institucionais pela elite escravocrata, sobretudo no interior do estado, o abolicionismo avançava. No âmbito parlamentar, figuras como Joaquim Nabuco e José Mariano se tornaram proeminentes por formar um “partido” abolicionista à nível nacional, em cooperação com outras figuras espalhadas pelo Brasil, como José do Patrocínio e André Rebouças.

Contra a leseira do Estado brasileiro que discutia como “substituir os braços” necessários para o lucro da lavoura, a imprensa abolicionista, sustentada por comerciantes e profissionais liberais dos meios urbanos, dava vazão ao sentimento de liberdade e indignação com a persistência do “elemento servil”.

Essa agitação também partia de baixo para cima, com o aumento das fugas de pessoas escravizadas e o necessário acobertamento desses fugitivos. Os quilombos — em Recife e seus arredores chamavam-se “panellas” — se multiplicavam enquanto territórios e práticas de emancipação. Evidentemente, a rebeldia dos escravizados quase nunca era endossada pelos “liberais” brancos.

As organizações abolicionistas se multiplicavam. Em Pernambuco, associações como a *Sociedade Nova Emancipadora* e a *Ave, Libertas*, com exclusiva participação feminina, trabalhavam em prol da abolição primeiramente através das vias legais. A arrecadação de seus associados, sobretudo comerciantes, compunha um fundo que visava comprar cartas de alforria (recompensando financeiramente os escravizadores) ou defender escravizados ilegalmente aprisionados em tribunais chefiados por senhores. Festas beneficentes, banquetes e conferências agregavam pessoal e recursos que logo tornavam-se escassos. Os negros inseriam-se nesse mundo a partir da negociação e associação com essas organizações.

Limitações logísticas e financeiras rapidamente conduziam as *sociedades* ao limite. A luta as conduziu para outras formas de ação, como no caso da *Nova Emancipadora*, liderada por João Ramos. Figura curiosa, que não visava os louros da vitória caso essa acontecesse, nem as bajulações da imprensa e as gratificações

parlamentares; maranhense, comerciante não-tão-bem sucedido, dedicou-se com afinco à luta que considerava justa, e colaborou com a fuga de milhares de escravizados. A *Nova Emancipadora* foi a base para o *Clube do Cupim*, cujo objetivo foi corroer o edifício da escravidão por dentro, silenciosamente, a partir de outubro de 1884.

Contra a morosidade judicial, o *Clube* agia secretamente por todos os meios possíveis, congregando de bacharéis a caixeiros, de libertos a aristocratas. A fuga para a terra livre do Ceará era o foco: para tanto, o escravizado necessitava de fundos, que podia arregimentar de várias formas, normalmente com o trabalho de muitos anos. Alguns membros do *clube* mais abastados, como Manoel Joaquim Pessoa possuíam iates, e transportavam os fugitivos para portos do Rio Grande do Norte. Caso não houvesse embarcação disponível, trabalhadores do porto em contato com ativistas negros do clube como Juvenal Machado e Lino Falcão, acobertavam os fugitivos nas jangadas que partiriam para o norte. Aposentos na região portuária do Recife eram alugados para fugitivos. O destino também poderia ser os quilombos da zona da mata pernambucana, como o dos Macacos.

Essas operações, que conduziram milhares de escravizados de Pernambuco, teceram uma rede emancipacionista por todo o Nordeste brasileiro. A travessia de 600 quilômetros de Recife à Fortaleza era penosa para os recém-libertos, que,

além de arcarem financeiramente, deixavam para trás família e amigos. Aparentemente tido como uma pessoa de confiança, João Ramos recebia cartas dos fugitivos para dar notícias dos chegados, além de pedidos para que se enviassem as pessoas próximas para o reencontro, pelo mar ou pela terra.

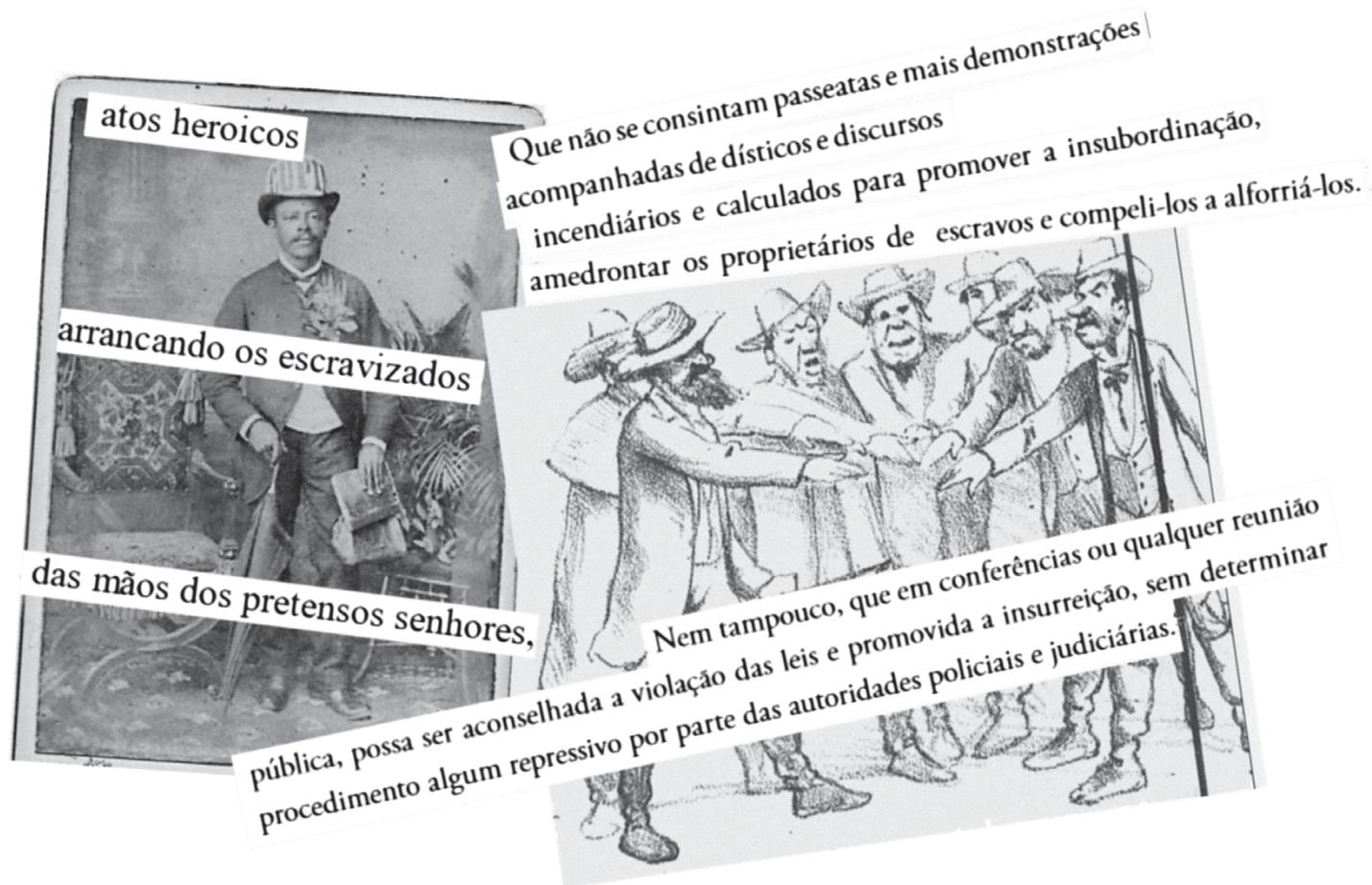
Nas eleições de 1884, opunham-se abertamente os abolicionistas e os chicoteadores. Após burburinho de fraude em uma urna no bairro de São José, houve confronto entre policiais e manifestantes que resultaram em dezenas de feridos e lojas saqueadas. Dali a agitação se estendeu ao engenho de um Cavalcanti, o Barão de Muribeca, e mais de 70 escravizados se libertaram da opressão de seu senhor. Enquanto as ruas ferviam, o parlamento recuava: o gabinete Saraiva-Cotegipe resistia à libertação das pessoas escravizadas que alcançassem o sexagenário, além de inviabilizar a distribuição de terra para libertos, favorecendo os desejos senhoriais com a transição de acordo. Como resposta audaciosa, o clube ajudou a libertar uma escravizada do Vice-Presidente da província, homem de grande estima.

A última grande ação do Clube do Cupim aconteceu às vésperas do 13 de maio de 1888. No mês anterior à abolição, as forças da ordem foram convocadas para invadir a casa de José Mariano, um grande acobertador, à procura de pessoas em fuga. Ao tomar conhecimento, o abolicionista articulou com o *Clube do Cupim*

uma grande fuga pelo Capibaribe acima, até o bairro de Graças, no dia 23 de abril. Para despistar os guardas, fretaram um novo barco e embarcaram todos para o Ceará. Nem sinal dos 119 fugitivos pôde a polícia encontrar, no que foi conhecido como o “último embarque de escravos no Brasil”.

O movimento abolicionista em Pernambuco foi tocado por muitas mãos e a historiografia tradicional reconhece o pernambucano

Joaquim Nabuco como uma das principais figuras desse movimento. Mas sem a agência de pessoas que não ganharam monumentos e surgem de passagem nos documentos escritos (como Gertrudes, Inhamuns, Antonia, Benedito, Custódio, Clemente, os jangadeiros e trabalhadores do porto, as panellas e aquilombamentos diversos), a abolição seria apenas uma miragem, postergada pelas elites brasileiras ao infinito.

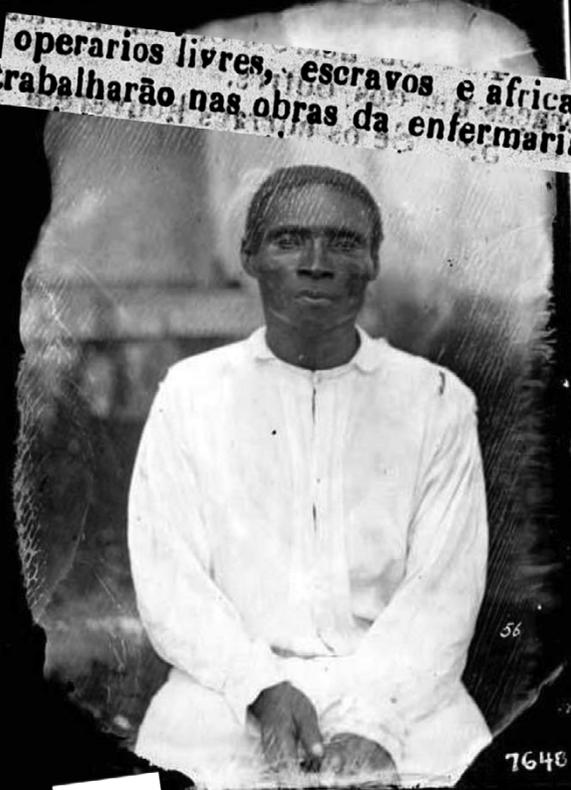


MAIO

operarios livres, escravos e africa-
nos, livres que trabalharão nas obras da enfermaria

PRETOS LIVRES DO AMAZONAS

o Africano livre Teofilo Benedicto natural da
Costa de Africa idade 28 annos, solteiro.



um
novo bairro com a denominação de Costa d'Africa, por ser
ele habitado somente por africanos livres



D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

1 CRIADO EM CAMPOS
(RJ) O JORNAL
ABOLICIONISTA
25 DE MARÇO,
DEFENSOR DA LUTA
ARMADA (1884)

2

3

4

5

6

7 QUILOMBOS
DESTRUÍDOS E
DEPOIS RETOMADOS
PELOS NEGROS EM
MATO GROSSO
(1792)

8

9

10 FUNDAÇÃO DA
CONFEDERAÇÃO
ABOLICIONISTA,
NO RIO DE
JANEIRO (1883)

11

12

13 INSURREIÇÃO EM
CARRANCAS (MG,
1833) / FOGUEIRA
COM INSTRUMEN-
TOS DE TORTURA
CELEBRA LEI
ÁUREA EM
CAMPINAS
(SP, 1888)

14 EXPEDIÇÃO
CONTRA QUILOMBOS
DE CAMPOS DE
GOYTACAZES,
RIO DE JANEIRO
(1769)

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24 ABOLIÇÃO DA
ESCRavidÃO
EM MANAUS
(AM, 1884)

25

26 TENTATIVA DE
UM GRANDE
LEVANTE HAUSSÁ
EM SALVADOR E
RECÔNCAVO
BAIANO (1814)

27

28 LEVANTE
NA ILHA DO
MARAJÓ, PARA
NÃO SER MAIS
O POVO
"GOVERNADO
POR BRANCOS"
(1823)

29

30

31



No Amazonas, a Abolição da escravidão ocorreu quatro anos antes da Lei Áurea. Em 24 de maio de 1884, ela foi decretada em Manaus, estendendo-se em 10 de julho para toda a província. Ocorrida logo após a Abolição no Ceará (ver JANEIRO), esta criação de territórios livres foi um passo importante para a vitória abolicionista, mesmo que no caso do Amazonas

ela tenha sido controlada e em parte indenizada por um governo provincial comprometido com os proprietários. Em vez de celebrar os políticos e fazendeiros que elaboraram decretos de liberdade controlada, tratemos de lembrar a existência e resistência das pessoas negras que afirmaram sua liberdade no Amazonas, antes e depois de 1884.

Desde sua criação, em 1850, o Amazonas foi a província com o menor percentual de pessoas escravizadas na população. No censo de 1872 foram contados 979 indivíduos nessa condição. Ainda que fossem minoria, eles estavam presentes nos principais setores que produziam a riqueza da elite amazônica, como o algodão, o cacau e a borracha. Nesta realidade, a escravidão atingia relativamente poucos, mas outras formas de trabalhos forçados atingiam a maioria racializada e supostamente livre da população.

Em toda a região amazônica, as relações de trabalho haviam sido reorganizadas por sobre os escombros do massacre de cerca de um quarto da população durante a Cabanagem (1835-1840). Naquele contexto, a guerra civil tomou a província do Grão-Pará, que englobava toda a atual região Norte do Brasil. Em grande medida, o que moveu esta luta foi a resistência de populações legalmente livres de origem indígena e africana ao lugar de cidadãos de segunda categoria que vinham ocupando. Tanto no acesso a direitos quanto na exploração de trabalho forçado, era sua racialização que determinava seus infortúnios. Com a derrota da Revolução Cabana, foi decretado o recrutamento militar para o trabalho forçado de “índios, mestiços e pretos, que não forem escravos e que não tiverem propriedades ou estabelecimentos a que se apliquem constantemente”. Com isso, a exploração violenta e racializada de pessoas legalmente livres continuou sendo a base da riqueza das elites amazônicas.

Um dos meios para a exploração de trabalhos forçados era o recrutamento para o exército, muito usado para sequestrar homens de suas comunidades, supostamente para “servir a nação”, sendo em seguida seu trabalho explorado em propriedades particulares, ou mesmo alugado. Era quase a escravidão, mas ao contrário dos escravizados, quem descendia de indígenas da Amazônia era legalmente cidadão.

Como se percebe, a resistência negra na Amazônia imperial não era uma luta apenas das pessoas escravizadas. Um grupo particularmente importante nessa história foi o dos “africanos livres”, como eram denominadas as pessoas que foram apreendidas em navios negreiros e declaradas livres após a proibição do tráfico de escravizados da África para o Brasil, em 1850.

Em Manaus, existem diversos registros da presença de uma comunidade africana que nunca chegou a ser escravizada no Brasil porque os navios em que eram trazidos foram apreendidos assim que chegaram. Essas apreensões ocorreram em diversas partes da costa brasileira e os africanos, ditos “livres”, foram forçados a ingressar em trabalhos de obras públicas. Muitos deles foram enviados a Manaus porque em 1850 a cidade tinha se tornado a capital de uma província e precisava de novos prédios públicos como palácios, tribunais e assembleias. Nessas obras, trabalhavam lado a lado “africanos livres”, indígenas e condenados por crimes diversos a pena de trabalhos forçados.

Os registros de resistência desses trabalhadores são diversos, incluindo muitas fugas, o questionamento legal de sua condição de cidadãos livres e a manutenção de laços de solidariedade. Em Manaus, na segunda metade do século XIX, surgiu um bairro chamado Costa d’África porque ali se concentrava a população de africanos livres da cidade.

A presença de gente africana livre em Manaus é notável inclusive nos raros registros fotográficos da época, produzidos por um grupo de pilantras internacionais. Entre 1865 e 1866, uma expedição liderada por um famoso cientista e ideólogo racista chamado Louis Agassiz percorreu a Amazônia com a missão de juntar elementos para suas teorias de merda. Agassiz era suíço, mas vivia nos Estados Unidos, onde era o intelectual favorito dos escravocratas e segregacionistas. No Brasil, era amigo pessoal do imperador Pedro II, que deu todo o suporte para a expedição.

Organizada no momento da derrota dos escravistas confederados do Sul dos Estados Unidos, em 1865, a viagem de Agassiz ao Brasil teve também como objetivo verificar a possibilidade de forçar a migração da população negra de lá para a Amazônia. Suas teses eram as favoritas dos Confederados derrotados porque elas diziam que os seres humanos de diferentes “raças” deveriam viver afastados, o que justificava que a população negra recém-liberta dos Estados Unidos fosse inteiramente expulsa do país. Na equipe da expedição estava um fotógrafo, algo inovador na época. Interessado em documentar as diversas “raças” presentes no Brasil, Agassiz o orientou a fotografar pessoas negras que viviam em Manaus, incluindo os africanos livres que foram fundamentais na construção da cidade.

Foi assim que chegaram a nós as imagens que ilustram o mês de Maio da Abolição. Imagens que mostram a presença, hoje apagada, de uma importante população africana e afrodescendente em Manaus na época em que a cidade foi erguida. Fotografias tiradas para que um pilantra sustentasse suas teses supremacistas brancas e que nos revelam, 159 anos depois, a existência e resistência de uma população negra que refez, numa cidade cercada pela imensidão da floresta amazônica, sua própria Costa d’África.

JUNHO

CONDENADOS POR
MATAR SEUS SENHORES

Matei lobisomem, não matei homem.

Processo Criminal n. 871, de 1871, Campinas

o testemunho é que
perguntando a um escravo de S.
João do Rio-Claro, por que matara
seu senhor, respondeu ele "que não sabia a
razão por que havia de trabalhar
toda sua vida em proveito exlu-
sivo de um homem igual a si"



D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

2 ZUMBI E SEUS
GUERREIROS
FURAM O CERCO
BANDEIRANTE A
PALMARES E SE
REFUGIAM NA
MATA (1694)

3

4 PROJETO DE
ABOLIÇÃO
GRADUAL É
APRESENTADO AO
PARLAMENTO, QUE
NEGA QUALQUER
DISCUSSÃO A
RESPEITO (1852)

5

6

7

8 NOTICIADA UMA
EXPEDIÇÃO
CONTRA O
QUILOMBO DA
SERRA DOS
ÓRGÃOS, RIO DE
JANEIRO (1699)

9

10 LEI DETERMINA
A PENA DE
MORTE PARA
ESCRAVIZADOS
QUE MATAM
SEUS SENHORES
(1835)

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22 LEVANTE
INSPIRADO
PELA
REVOLUÇÃO
HAITIANA
EM RECIFE
(1824)

23 CRIAÇÃO DA
SOCIEDADE
LIBERTADORA
JAICOENSE, EM
JAICÓS (PI,
1884)

24 INSURREIÇÃO
ES CRAVA EM
VASSOURAS
(RJ, 1847) /
INSURREIÇÃO
ES CRAVA EM
PORTO ALEGRE
(RS, 1868)

25

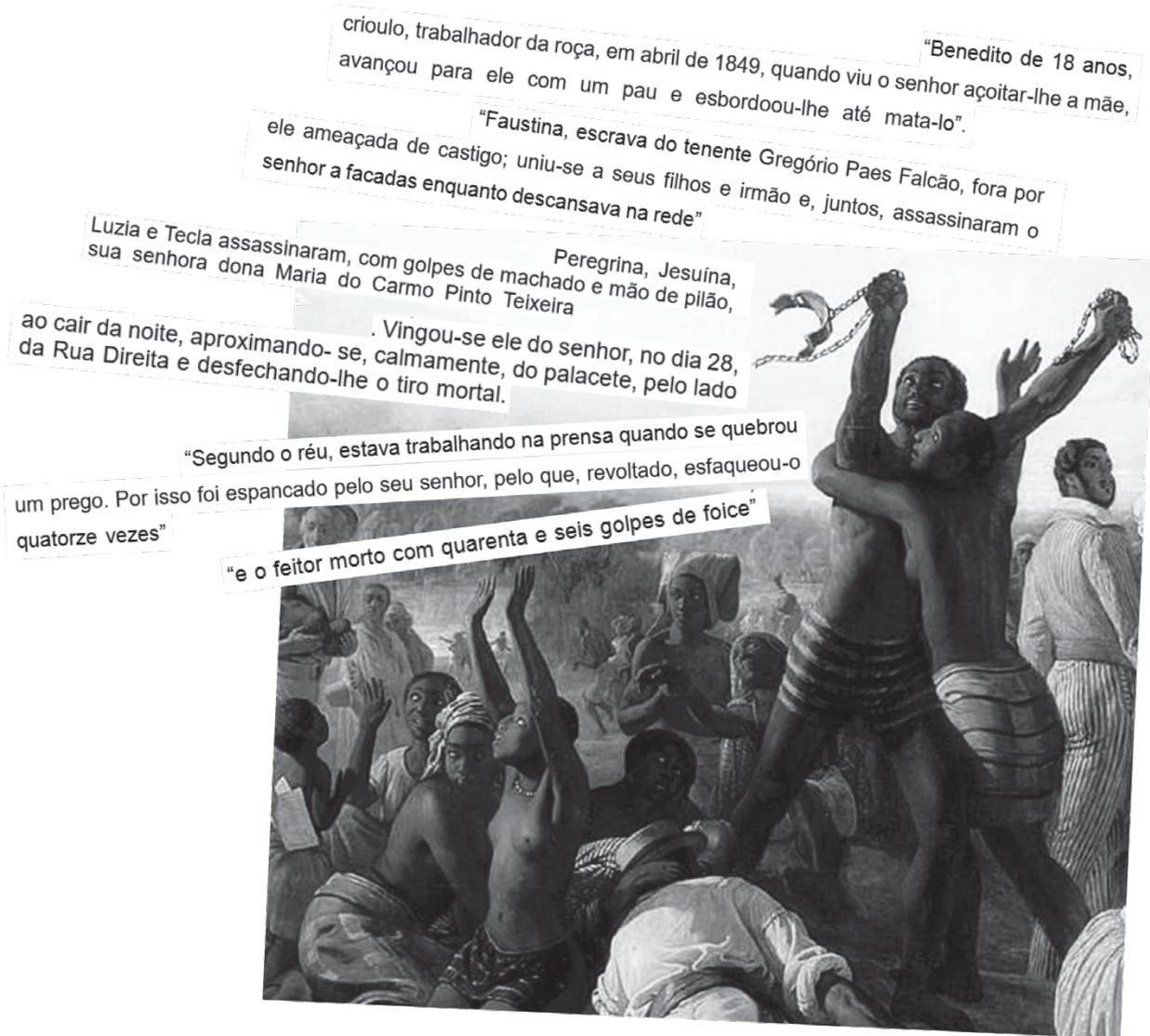
26

27

28

29

30



O revide violento ao mando senhorial existe desde o princípio da história do regime escravista. No século XIX, esses crimes eram tão recorrentes que já despertavam o medo dos senhores várias décadas antes da abolição, quando debates parlamentares suscitaram a promulgação de uma legislação específica para punir o delito.

A Lei n. 4 de 10 de junho de 1835, promulgada pelo regime imperial, foi o principal instrumento para castigar pessoas escravizadas que atentaram contra a vida de seus senhores. Tal ferramenta foi tão repressiva que não previa a possibilidade dos cativos recorrerem das sentenças em instâncias superiores, como acontecia nos casos em que os réus eram livres. Logo em seu primeiro artigo, a lei diz que

"Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem."

Embora seja reconhecido o agravamento penal que a legislação causou, não há consenso na História sobre as razões que motivaram a sua criação. Alguns afirmam que a Revolta dos Malês, de 24 e 25 de janeiro de 1835, foi decisiva

A história da luta abolicionista que nos é geralmente contada fala de comícios, eleições, banquetes e decretos. Seus personagens são deputados, jornalistas, ministros e a princesa; beneficiários antigos do regime escravista que buscaram controlar o seu fim, muito mais do que promovê-lo.

Na prática, lutar contra a escravidão foi, antes de mais nada, colocar-se contra os senhores e seu domínio. Nesta luta, pessoas escravizadas tiveram um papel central, em especial aquelas que assassinaram seus senhores, mesmo sabendo do risco de pagarem com suas próprias vidas.

para que senhores e políticos de diferentes províncias entendessem serem necessárias punições mais severas. Outras vão dizer que o levante na Bahia teve, sim, seu peso, mas que o debate já permeava a Câmara dos Deputados e o Senado desde 1833, devido ao aumento de ações de rebeldia escrava noticiadas na imprensa.

Talvez o caso mais aterrorizante para os senhores tenha sido o da revolta de Carrancas, Minas Gerais, em 13 de maio de 1833, quando um dos deputados do parlamento brasileiro teve toda a família assassinada pela escravaria.

A reação dos cativos produzia terror, motivando leis repressivas mais duras, ao mesmo tempo em que colocava limites à violência senhorial. Nesse sentido, aqueles homens e mulheres que mataram seus senhores foram disruptivos e centrais no processo do que ficou conhecido como abolição da escravidão. A violência contra proprietários e feitores foi um recurso utilizado quase sempre nas grandes revoltas escravas, não apenas nos casos dos Malês e de Carrancas, mas por todo o mundo Atlântico, a exemplo da Revolução Haitiana e da Revolta de Nat Turner (EUA). Para além desses grandes eventos, os atentados individuais também eram frequentes e causavam muito medo nos proprietários e nas autoridades brancas.

Em certos casos, a justificativa do assassinato era mais aterrorizante que o próprio assassinato. No ano de 1871, senhores de escravos da região de Campinas (SP) relatam que pessoas escravizadas não só vinham matando seus senhores e feitores, como vinham justificando seus atos afirmando a ilegitimidade da escravidão. Apesar de escrito por escravocratas segundo sua visão de mundo e seus interesses, esse documento é uma das raras oportunidades que temos de saber o que diziam aqueles que enfrentavam da maneira mais crua o regime escravistas.

O primeiro caso relatado é o de um escravizado de São João do Rio Claro que assassinou seu senhor e, quando questionado sobre sua motivação, respondeu “que não sabia a razão por que havia de trabalhar toda sua vida em proveito exclusivo de um homem igual a si”. A resposta do acusado expressa muito mais que um ato de rebeldia ou vingança pessoal, mas uma contestação do regime escravista como um todo. Outro caso é o de escravizado de Campinas que, após matar seu senhor, argumentou diante das autoridades da seguinte forma

“Suponha-se que eu, neste momento, aperto-lhe a garganta e lhe sufoco, sem que o guarda, que aqui está me vigiando, dê um passo para obstar-me; serei, neste caso, o único responsável pelo crime ou é também o soldado que assistiu na perpetração do delito?”

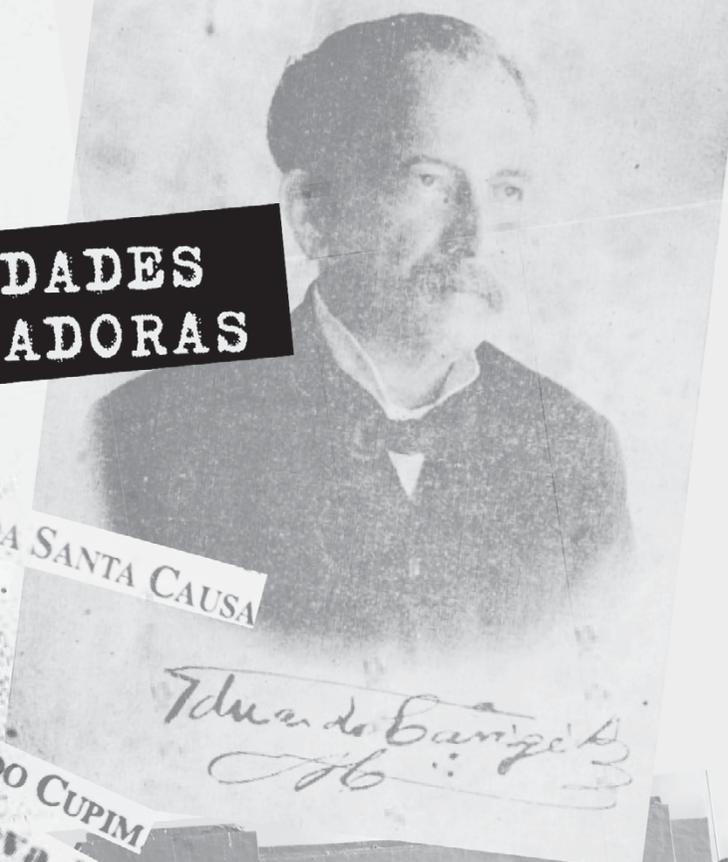
O documento em questão é uma petição de 11 de abril de 1871, assinada por senhores e homens livres de Campinas e endereçada ao presidente da província, solicitando um novo destacamento policial para conter a rebeldia escrava, sobretudo, os recorrentes crimes de assassinatos. No texto, as justificativas dos escravizados nos revelam que ideias abolicionistas já penetravam o cativeiro bem antes da campanha abolicionista da década de 1880, encabeçada por personagens da elite imperial que diziam que pessoas escravizadas não estavam prontas para agir por si. Pelo contrário, enquanto sujeitos pautados em sua própria realidade, quem estava escravizado tinha noções próprias de justiça e de liberdade que nem sempre representava adquirir a alforria, mas, muitas vezes, ficar livre de um senhor muito violento.

Além disso, esses atos, coletivos ou individuais, foram de extrema importância para as mobilizações abolicionistas das décadas de 1870 e 1880. Afinal, foi também a partir deles que foi possível articular como pauta importante da luta a revogação da pena de açoites em 1886, prevista no artigo 60 do Código Criminal, e também a abolição da lei de 10 de junho de 1835. A revogação era o fim da pena de morte legalmente instituída, mas não das execuções extralegais por senhores e seus destacamentos de polícia, sempre a postos a defender seus interesses a custa da vida da população negra do Brasil.

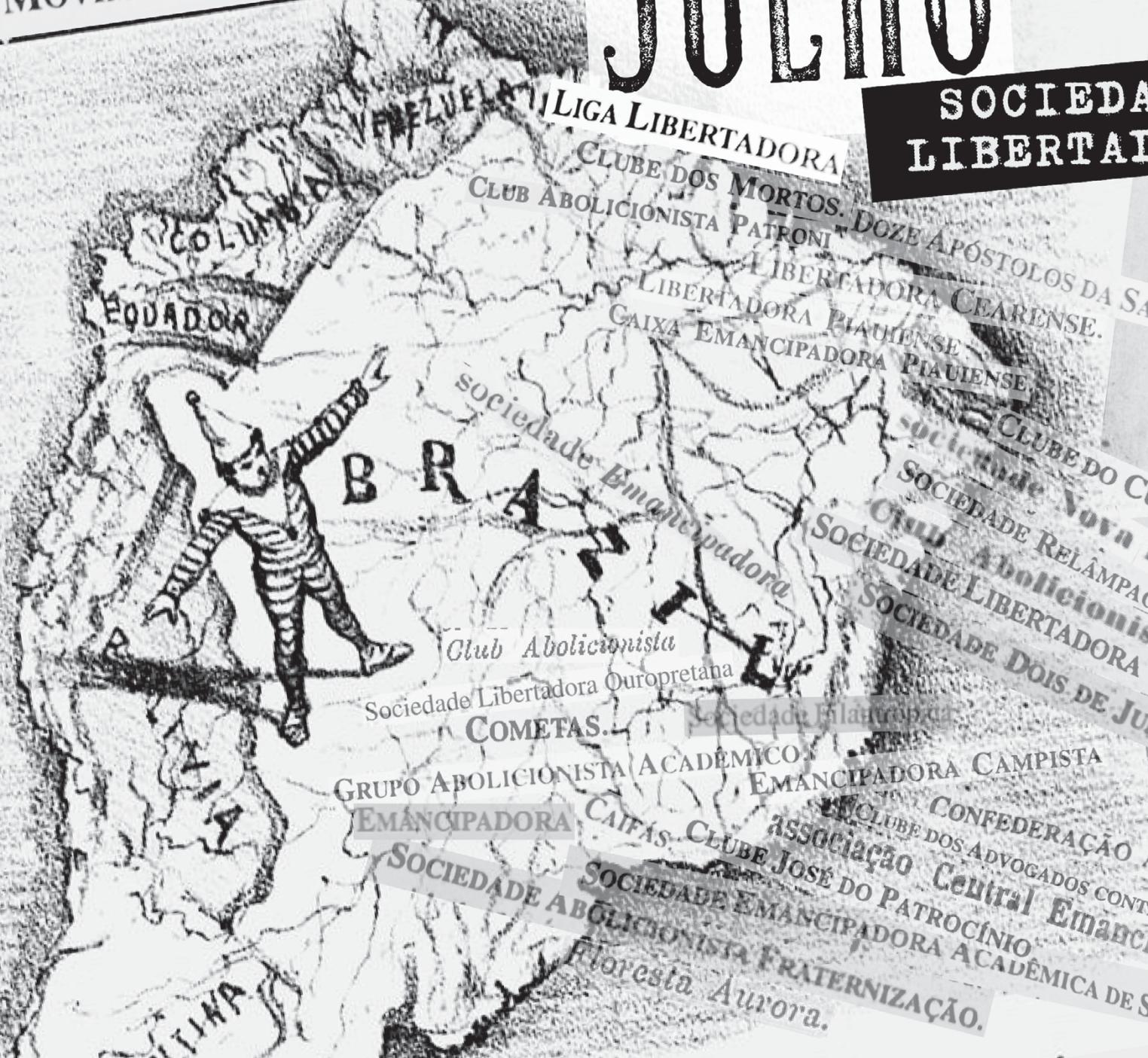
MOVIMENTO ABOLICIONISTA

JULHO

SOCIEDADES LIBERTADORAS



Iduado de Santiago



PAVILHÃO 2 DE JULHO



- LIGA LIBERTADORA
- CLUBE DOS MORTOS.
- CLUB ABOLICIONISTA PATRONI
- DOZE APÓSTOLOS DA SANTA CAUSA
- LIBERTADORA CEARENSE.
- LIBERTADORA PIAUIENSE
- CAIXA EMANCIPADORA PIAUIENSE
- CLUBE DO CUPIM
- SOCIEDADE NOVA EMANCIPADORA
- SOCIEDADE RELÂMPAGO
- CLUB ABOLICIONISTA
- SOCIEDADE LIBERTADORA 7 DE SETEMBRO
- SOCIEDADE DOIS DE JULHO.
- COMETAS.
- GRUPO ABOLICIONISTA ACADEMICO.
- EMANCIPADORA CAMPISTA
- CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA.
- CLUBE DOS ADVOGADOS CONTRA A ESCRAVIDÃO.
- ASSOCIAÇÃO Central Emancipadora
- CAIXAS.
- CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO
- SOCIEDADE EMANCIPADORA ACADEMICA DE SÃO PAULO.
- SOCIEDADE ABOLICIONISTA FRATERNIZAÇÃO.
- Floresta Aurora.
- Club Abolicionista
- Sociedade Libertadora Ourepretana
- Sociedade Filantropica

COLOMBIA VENEZUELA
ECUADOR

BRASIL

PARAGUAY

D

S

T

Q

Q

S

S

1 LUIZ GAMA PRESO
POR INSUBORDINA-
ÇÃO AO REAGIR A
INSULTOS DE UM
OFICIAL QUANDO
SERVIA O EXÉRCITO
(SP, 1854)

2 BATALHA FINAL
DA INDEPENDÊNCIA
NA BAHIA (1823)
/ FUNDAÇÃO DA
SOCIEDADE
LIBERTADORA
2 DE JULHO
(1852)

3

4

5

6

7

8 QUILOMBOLAS DE
SÃO BENEDITO DO
CÉU (MA) OCUPAM
FAZENDAS E
SUBLEVAM
ESCRAVOS (1867)

9 O QUILOMBO DE
MANOEL PEDREIRO
É DESCOBERTO
PELAS AUTORIDADES
EM PELOTAS (RS)
(1835)

10

ESCRAVIZADOS
TOMAM A BARCA
LAURA II E
JOGAM OS
TRIPULANTES AO
MAR, NO CEARÁ
(1839)

11

12

13

14

15 O CENSO É
IMPEDIDO PELA
REVOLTA DO
"RONCO DA
ABELHA", CONTRA
O TEMOR DE
RE-ESCRAVIZAÇÃO
(1852)

16

17

18

19

20

REVOLUCIONÁRIOS
AFIXAM PAPÉIS
POR "IGUALDADE,
LIBERDADE, E
FRATERNIDADE
POPULAR"
(BA, 1798)

21

22 LEVANTE DE
EMILIANO
MUNDURUCU
(PE, 1824) /
CRIAÇÃO DA
SOCIEDADE
LIBERTADORA
PIAUIENSE
(1883)

23

O BANDOLEIRO
QUILOMBOLA
LUCAS DA
FEIRA ESCAPA
DE EMBOSCADA
NA BAHIA
(1845)

24

25

26

COMBATE, EM
ANGOLA, ENTRE
TROPAS DO RIO
DE JANEIRO E
GUERREIROS DA
RAINHA GINGA
(1645)

27

28

29

30

31

X INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
LAVRAS, MINAS
GERAIS (1821)

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

O movimento abolicionista, como veremos em outras ocasiões, é um dos marcos iniciais dos movimentos sociais que utilizam as ruas como palco importante de luta (ver NOVEMBRO). Os ideais liberais ganhavam força e locutores em espaços públicos desde o processo de independência, e as revoltas negras e seus efeitos colocavam a sociedade em um estado de ebulição que significava não só a necessidade de discussão de antigas pautas como a presença de novas estratégias e agentes nas disputas políticas. Com a organização política da sociedade civil de elite, os de baixo tomam o espaço público como um território de disputa da opinião pública e pressão política. Surgem, então, as associações abolicionistas.

Até meados do XIX as associações abolicionistas eram compostas pelas elites, mas logo passariam a incluir os mais variados grupos sociais, especialmente depois da criação do Fundo de Emancipação gerido pelo Estado que possibilitava a “autocompra”, estimulando a auto-organização da sociedade para auxiliar pessoas escravizadas a formarem pecúlios para comprar alforrias ou batalhando donativos para o mesmo fim. Entre 1860 e 1871 fundaram-se pelo menos 18 associações do tipo, na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, no Maranhão, Amazonas e Piauí, além de 5 só em São Paulo, onde a economia do café explodia.

Com a proibição do tráfico negreiro, em 1850, e aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871 (ver SETEMBRO), o ímpeto de criação de sociedades abolicionistas esfriou por parte da elite. Até então mercadoria possível para a maior parte da população livre, um escravo virou bem precioso, acessível principalmente às famílias de mais renda e às regiões do agronegócio. Sem interesse econômico direto de boa parte da população na manutenção da escravidão, a base social disponível para a organização do movimento abolicionista estava visivelmente em crescimento.

Abriu-se então caminho para um associativismo abolicionista mais popular. O governo do partido liberal no Império, entre 1878 a 1885, criou um cenário mais favorável para sua expansão, desencadeando a maior e mais diversificada onda de mobilização abolicionista até então, furando a bolha da elite social. Nesse período, o Rio de Janeiro, capital do império, abrigou a maior parte das organizações abolicionistas do país: 25 das 87 associações antiescravistas surgidas no governo liberal. A capital contava com abolicionistas famosos, como André Rebouças e José do Patrocínio. Professores como Rebouças juntavam colegas e influenciavam alunos, enquanto jornalistas como Patrocínio organizavam a partir de seu jornal “A Gazeta da Tarde”, escritores, profissionais das artes e comunicações.

O movimento, no entanto, não era exclusividade do sul, já que duas outras províncias também tiveram pico associativo nesses anos: Amazonas, onde surgiram 10 novas associações, e Ceará, onde se formaram 12. A estratégia abolicionista nacional, de concentrar a campanha nas províncias com pequeno contingente de pessoas escravizadas dava frutos: entre 1883 e 1884, quando o movimento nacional organizou um ciclo de protestos com 245 eventos - dois por semana -, conseguiram libertar a província do Ceará; isto é, compraram alforrias ou obtiveram libertações voluntárias de todas (ou de quase todas) as pessoas escravizadas da província.

Na Bahia, dona de um dos portos com maior fluxo de pessoas escravizadas das Américas, a diversidade de sociedades demonstra a diversidade de estratégias e atores no associativismo abolicionista. Criada em 1869, a mais robusta sociedade do tipo na província, a Sociedade Libertadora Sete de Setembro dedicava-se a organizar eventos de propaganda e, em nove anos de existência, possivelmente foi responsável por restituir a liberdade de cerca de 500 pessoas. Essa associação era vinculada ao governo provincial, recebia fundos da província através de uma lei e utilizava a estrutura das instituições públicas para suas reuniões, como no ato de sua fundação, onde oradores asseguraram que, a partir da nacionalização da questão servil, o Império caminharia com mais segurança rumo ao seu progresso.

Os agremiados da Sociedade Libertadora Sete de Setembro realizaram leilões, concertos, sessões magnas, venda de loterias e passeios a fim de levantar os recursos destinados à restituição das liberdades. No entanto, filiavam-se a uma tradição abolicionista de elite, sem vínculo com partidos e instituições políticas, mas em uma relação dúbia com elas – contestando sem intenção de revolucionar (já vimos essa história em algum lugar...).

Já a Sociedade Libertadora Bahiana abrigava pessoas de diferentes origens étnicas e posições

sociais, mas em sua maioria brancos, de certo prestígio social e boa condição econômica. Sociedade abolicionista de maior destaque na província baiana na década de 1880, sem vínculo com o governo provincial, realizava eventos para angariar recursos visando a concessão de cartas de alforria; levava a cabo ações judiciais com base na legislação emancipacionista, como fizera também Patrocínio e incitava fugas, escondendo e até mesmo resgatando pessoas escravizadas.

Retornando ao governo em 1885, o partido conservador lançou mão da repressão para desarticular formal ou informalmente as associações, forçando muitos abolicionistas a agirem na clandestinidade, ao mesmo tempo em que decresciam os eventos de protesto e a formação de novas associações. Nesse período, a Sociedade Libertadora Bahiana, por exemplo, impediu através de ação direta, desde o porto, diversos embarques de pessoas escravizadas para outras regiões, dificultando o tráfico interno.

Já a Sociedade Libertadora Dois de Julho, fundada em 1852, seguiu na campanha abolicionista até seu fim. Foi fundada por estudantes da faculdade de medicina em Salvador, reduto de abolicionistas, e é considerada um dos embriões do movimento estudantil no país. Inicialmente engajada a partir da literatura, com poemas de Castro Alves e escritos de Tobias Barreto,

arrecadavam fundos para alforriar pessoas escravizadas e logo passaram a auxiliar fugas.

Realizando eventos sociais de propaganda, que contavam com intensa programação cultural, tornando-se assim eventos sociais concorridos, além de divulgar as ideias abolicionistas, arrecadavam fundos para a compra de cartas de alforria, que eram distribuídas publicamente nas sessões comemorativas. Enquanto a sociedade Sete de Setembro, alinhada aos interesses imperiais, tornava lugar de memória a data da independência que se buscava oficializar na ideia de nação que estava sendo construída desde o grito do Ipiranga, já em fins de 1860 a sociedade Dois de Julho rememorava nas cerimônias coletivas de compra e entrega de cartas de alforria a mais importante data do calendário cívico baiano, o 2 de julho, data que fomentava uma identidade baiana mais que uma africana, portuguesa ou “nacional”.

A data, já rememorada nas ruas com tom festivo e carnavalesco, associaria-se à causa abolicionista como uma efeméride de recuperação da liberdade para dezenas de pessoas, que adquiriram através de doação suas cartas de alforria ou recorriam às associações como espécie de fiadoras da liberdade dos seus ou sua própria. As práticas associativas, e a diversidade de suas estratégias como movimentos sociais, mostram que o Brasil não só têm sido terra de luta, como também, e principalmente, luta coletiva.

O ABOLICIONISTA
PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA SOCIEDADE LIBERTADORA
13 DE SETEMBRO
- A. GUIMARÃES
S.L.R. 13/19
... Omnes enim vos unum.
Ep. AD GALAT. CAP. 3. V. 28.
LARAÇÃO
nal devem ser remetidos ao es-
no largo do Pelourinho n. 4.

ORGAN DA PROPAGANDA ABOLICIONISTA
Redactor--José Theodoro

**GRANDE E IMPORTANTE
FESTIVAL ABOLICIONISTA**
NO
POLYTHEAMA
PROMOVIDO
Pela redacção da «Gazeta da Tarde»
para solemnizar
o grandioso facto da liberta-
ção da provincia do
Amazonas
D. MINGO, 14 DO CORRENTE
A' TARDE
Começara' a festa, pela primeira vez nesta provincia, com
uma imponente

THEATRO S. JOAO
COMPANHIA DRAMATICA
EMPREZA
RIBEIRO GUIMARÃES E EDUARDO
GRANDE FESTIVAL ABOLICIONISTA
Terça-feira 29 de julho
Espectaculo em homenagem aos bene-
meritos da patria o en honra aos clubs
abolicionistas da capital.
Subirá á scena pela primeira vez neste
theatro o applaudidissimo drama de propa-
ganda em 4 actos e um quadro original
da distincta actriz brasileira
D. ANNA CHAVES GUIMARÃES

OS ABOLICIONISTAS
QUE FAZEM DO IMPERIAL LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

AGOSTO

Factos graves
S^ªntos, 21 de Agosto.

Fazem oito mezes que desapareceu-me
uma escrava de minha propriedade.

Descoberta em seu esconderijo, foi presa e
remettida para a estação daquelle cidade

AÇÕES ARMADAS ABOLICIONISTAS

mal tiveram
sciencia da viagem da alludida escrava na-
quelle trem, expediram telegramma para
essa capital, e no curto praso que o trem
custuma ter na estação da Luz para sahida
de passageiros e embarque de outros

com a maior audacia
arrebatarem-na do lugar onde se achava,
dentro do waggão, conduzindo-a para um
carro o referido Feliciano Biendo, que faz
parte do grupo abolicionista e reside na fre-
guesia do Braz que deu-lhe sumisso

sem meios que obstassem o desaparecimento
que em poucos minutos se verificou.

rece-
bendo a pessoa que a levava offensas do gru-
po que ali propositalmente se reunira na oc-
casião para levantar conflicto como de facto o
fez e lutou dando tempo a fuga da escrava

desenho de Antonio Joaquim

(Desenho tirado do...



D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

1 EXPEDIÇÃO DOS
COLONIZADORES
CONTRA A
RESISTÊNCIA DO
QUILOMBO DE SÃO
GONÇALO, RIO DE
JANEIRO (1808)

4 5 6 7 8 ENCONTRO
ABOLICIONISTA
NO RIO É ATACADO
COM BOMBAS E
INVADIDO PELA
POLÍCIA (1887) 9 OS COLONIZADORES
NOTICIAM PELA
PRIMEIRA VEZ A
RESISTÊNCIA DO
QUILOMBO DE
CAMAMU, NA BAHIA
(1691) 10

11 EXPEDIÇÃO DOS
COLONIZADORES
CONTRA A
RESISTÊNCIA
DO QUILOMBO DE
BACAXÁ, NO
RIO DE JANEIRO
(1730) 12 PANFLETOS SÃO
ESPALHADOS À
NOITE EM
SALVADOR:
ANÚNCIO DA
REVOLTA DOS
BÚZIOS (1798) 13 14 SEGUNDA TOMADA
DE BELÉM PELOS
CABANOS (1835) 15 OS CANAVIAIS
DA USINA DO
QUEIMADO E DA
FAZENDA DO BECO
EM CAMPOS (RJ)
SÃO INCENDIADOS
POR
ABOLICIONISTAS
(1884) 16 17

18 19 20 21 AÇÃO NA
ESTAÇÃO DA LUZ
PARA LIBERTAR
ESCRAVIZADA
QUE HAVIA
FUGIDO DE
MOGI-MIRIM
PARA SANTOS
(SP, 1884) 22 23 24 MORRE O
ABOLICIONISTA
LUÍS GAMA.
MAIOR FUNERAL
DA HISTÓRIA
DE SÃO PAULO
ATÉ ENTÃO
(1882)

25 INSURREIÇÃO
EM CACHOEIRA
(BA).
A RAINHA
NEGRA COMBATE
ATÉ A MORTE
(1826) 26 MANIFESTO DA
CONFEDERAÇÃO
ABOLICIONISTA
(1883) 27 28 29 30 31

A memória do abolicionismo em São Paulo é normalmente contada a partir da atuação de sua principal liderança histórica: o advogado Luiz Gama, que foi vitorioso em centenas de casos nos quais defendeu a liberdade de pessoas escravizadas perante os tribunais. A relevância da atuação do advogado é fora de dúvida. Sua primeira batalha foi para conquistar a própria liberdade, pois aos 10 anos de idade ele foi ilegalmente vendido como escravo pelo próprio pai, um homem branco, para pagar uma dívida de jogo. A mãe, uma mulher negra que participou de rebeliões escravas na Bahia, tinha desaparecido na repressão da última dessas revoltas, e não pôde protegê-lo. Ao longo de sua trajetória de conquista da liberdade, do letramento e do ingresso na carreira jurídica, Luiz Gama articulou um vigoroso movimento abolicionista em São Paulo, em torno das ações de liberdade nos tribunais. Seu velório, em agosto de 1882, reuniu milhares de pessoas e foi considerado na época o maior evento já ocorrido na cidade. Seria de se esperar, portanto, que neste Agosto falássemos das batalhas judiciais e do papel na organização no movimento abolicionista de um advogado que só pôde se alfabetizar aos 17 anos, pois cresceu sob a escravidão, onde o filho chora e a mãe não vê.

Luiz Gama sim, mas não o legalista apaziguador que o pintam. A frase “todo escravo que mata seu senhor age em legítima defesa” tem sido atribuída a ele e, mesmo não sendo encontrada em seus escritos, é coerente com sua atuação e pensamento. Por exemplo, em 1881, diante de diversos casos de violência policial contra pessoas negras livres, o então famoso advogado publicou nos jornais uma carta aberta ao chefe de polícia dizendo que “já instruiu aos pretos que, em análogas circunstâncias, repilam a agressão a ferro e à bala.” O uso que fazia de seu lugar de destaque na sociedade era o de dizer que nenhuma violência mais deveria ser tolerada. Este lado de Luiz Gama não interessa à memória branca do Abolicionismo, que fala dele como um legalista, moderado, contraponto de Zumbi e dos Malês. O Luiz Gama da vida real era filho de uma ex-combatente da Revolta dos Malês e se orgulhava disso. Não era a lei que ele venerava acima de tudo, mas sim a liberdade.

Neste agosto, falamos de Luiz Gama sim, mas nunca sozinho. Como sabemos, heróis não existem fora da mitologia e por mais incrível que seja sua trajetória individual, indo de escravizado a influente advogado, a luta contra a escravidão só avançou porque ele não estava sozinho. Antes de mais nada, essa luta dependeu da atuação das próprias pessoas escravizadas que se engajaram incessantemente com ele e demais abolicionistas para fazer efetivo seu direito à liberdade. Além disso, o movimento abolicionista se organizou

em diversos núcleos na província de São Paulo, não apenas na capital. Sua atuação envolveu grupos como os caifazes, que organizavam fugas em massa do interior paulista para o quilombo do Jabaquara, em Santos.

Sendo assim, outra data deve ser lembrada neste Agosto da Abolição: a de uma ação coletiva clandestina para a libertação de uma mulher escravizada, em pleno centro de São Paulo. O local da ação foi a estação da Luz, que então era o grande símbolo do poder dos barões do café. Mas a história começa numa fazenda em Mogi-Mirim, onde mãos escravizadas produziam o café que enriquecia os barões da capital. Foi lá que, no ano de 1883, uma mulher escravizada fugiu do domínio de seu senhor pegando um trem rumo a Santos, onde abolicionistas a receberam e a ajudaram a se esconder.

Não se sabe o nome desta mulher, já que os registros da época foram escritos por autoridades que a descreviam apenas como uma “escrava fugida do Sr. Alfaya”. Seu proprietário, Manoel Alfaya, era filho do cônsul da Espanha em Santos e membro da aristocracia espanhola com negócios escravistas no Brasil. Ele era casado com Olympia Porchat, filha do magnata escravista Henrique Porchat, imigrante suíço que fez fortuna em Santos, onde dá nome a uma ilha que era sua casa de veraneio. Como se percebe, a história da imigração europeia no Brasil escravista entra pela *Porta dos Fundos* e não cabe no enredo dos brancos sofridos de *Terra Nostra*.

Escrava fugida

Desapareceu desta cidade em 9 de Junho do corrente anno, a escrava Felicidade,

O crime de roubo de escravo a mão armada

Este facto nyc se comenta, é o excesso do desrespeito as autoridades, é o cumulo do desacato e da corrupção em que caminhamos, pois já se não promovem liberdades pelos meios legais, mas sim, assalta-se a propriedade alheia, mandando-se estes escravos para o Rio de Janeiro, e dali para o Ceará.

Ao chegar o trem á estação de S. Paulo, apenas se abriram as portinholas dos wagões, um grupo de salteadores a cuja frente se achava um tal Feliciano Bicudo, invade o carro em que vinha a escrava, espanca o conductor Estevão de Barros e arrebatou a escrava metendo a á força em um carro de ante-mão preparado e desaparecendo com ella por entre a multidão !!!

Freguezia do Brás

Durante oito meses, a fugitiva do Sr. Alfaya permaneceu escondida em Santos, com apoio de abolicionistas, até que se apresentou às autoridades com dinheiro suficiente para comprar sua liberdade. Desta maneira, ela esperava poder deixar a vida de foragida. Porém, o proprietário negou-se a aceitar, argumentando que o dinheiro adquirido por ela era ilegal, já que foi obtido enquanto estava fugida. A justiça deu razão a ele e as instituições funcionaram

plenamente: “dirigiu-se um oficial de justiça com auxílio da própria polícia e conseguiu capturá-la” sendo em seguida embarcada “para o poder de seu senhor”, em Mogi-Mirim, “acompanhada por pessoa que para esse fim já havia sido designada.”

Porém, antes da viagem de retorno ela tinha combinado com os abolicionistas de Santos uma ação audaciosa de fuga. Um telegrama foi enviado por eles para o Clube Abolicionista do Brás, na cidade de São Paulo, avisando em

qual trem ela estaria embarcada sob a guarda do capataz. Ao chegar na estação, ela deveria se fazer notar, para que eles soubessem quem era a mulher a ser libertada. Ao abrirem as portas do trem, ainda dentro do vagão, um grupo de abolicionistas a tomaram do capataz, que foi hostilizado por diversas pessoas e tomou um pau. Enquanto isso, a fugitiva foi levada por Feliciano Bicudo, fundador do Club Abolicionista do Brás, para uma carruagem, que desapareceu.

A ação enfureceu os defensores da continuação da escravidão, que acusavam o abolicionismo de tomar um caminho criminoso. O caso ocorreu em contexto de ações armadas recorrentes do Club Abolicionista do Brás, que levaram à prisão, no mesmo ano, de Feliciano Bicudo e outros dois acusados de violências contra senhores de escravos no Pary, freguesia do Brás. Suas ações incluíam fazer senhores de refém enquanto abriam suas senzalas e organizavam a fuga dos escravizados para Santos.

A história do abolicionismo em São Paulo e por toda parte foi feita assim, de redes, de coletivos, mais do que de indivíduos. Havia Luiz Gama, mas havia também “uma conhecidíssima preta de Santos”, como a definiu o abolicionista que a acompanhou para a carruagem e para a liberdade.

ATENÇÃO

SETEMBRO

Está fugida ha 10 dias Floriana

está grávida de 8. para 9 mezes; suppoe-se acouta-la em casa do pai do filho

AS MÃES DO VENTRE LIVRE

dia 7 do corrente, levando de nome Manoel.

Maria Rutina fugio no comsigo seu filho ingenuo



Francisca levou uma filha de seis annos de idade de nome Carolina aãda calçada e bem vestida, intitula-se livre



Leandra fugit em junho proximo passado, n'essa occasião ella estava grávida e consta-me que teve uma filha, a qual está com ella, e no mez de fevereiro desapare. eu um outro filho d'ella de nome Luiz, idade 11 annos

consta-me que está tambem com ella ; foram vistos para o lado da Cidade Nova, supponho que anda com livrẽ o nome mudado



D

S

T

Q

Q

S

S

1

2

EXPEDIÇÃO CONTRA O QUILOMBO BURACO DO TATU, PRÓXIMO A SALVADOR (1763)

3

4

5

FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE EMANCIPADORA GOIANA (GO, 1879)

6

COLONOS SUIÇOS ATACAM QUILOMBOS DE MACAÉ (RJ, 1822) / MANOEL CONGO É ENFORCADO EM VASSOURAS (RJ, 1839)

7

CONFERÊNCIA ABOLICIONISTA EM CAMPOS (RJ) É CERCADA POR MILITARES (1884)

8

FUNDAÇÃO, EM FORTALEZA, DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA (1879)

9

10

11

12

ORGANIZADA A DIVISÃO DOS LANCEIROS NEGROS, DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS (1836)

13

14

15

16

FUNDADA A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS PELO AFRICANO LIVRE MANOEL VICTOR SERRA (BA, 1832)

17

18

TROPAS DO REVOLUCIONÁRIO NEGRO PEDRO DA SILVA PEDROSO DERRUBAM O GOVERNO DE PERNAMBUCO (1822)

19

LETÍCIA, QUERUBINA, CECÍLIA E VIRGÍNIA MATAM A SENHORA QUE AS TORTURAVA, EM CAMPOS (RJ, 1873)

20

ENFORCAMENTO DE COSME BENTO, QUE HAVIA DECRETADO O FIM DA ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO (1842)

21

22

23

EXPEDIÇÃO CONTRA O QUILOMBO DO OROBÓ, EM ITABERABA, BAHIA (1796)

24

REPRESSÃO AO QUILOMBO DA SERRA DOS ÓRGÃOS, TEMOR DE UM NOVO PALMARES NO RIO DE JANEIRO (1699)

25

26

27

EXECUÇÃO DE LUCAS DA FEIRA, QUE ENFRENTOU A ESCRAVIDÃO COM BANDITISMO SOCIAL (BA, 1849)

28

LEI DO VENTRE LIVRE, PRIMEIRA LEGISLAÇÃO NO SENTIDO DE ABOLIR A ESCRAVIDÃO NO BRASIL (1871)

29

ADVOGADOS DE MINAS GERAIS DECLARAM NÃO ACEITAR QUALQUER CASO CONTRÁRIO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS (1886)

30

DATAS QUE OS RACISTAS PREFEREM ESQUECER

Desde o período colonial, na maioria das sociedades escravistas, sobretudo nas Américas, o cativo foi regido pelo princípio do *partus sequitur ventrem* - em latim, "o parto segue o ventre". Isso significa que a escravidão estava ancorada na matrilinearidade, isto é, os filhos herdavam a condição jurídica (livre ou escravizado) de suas mães. Portanto, o ventre escravo desempenhava papel fundamental para a manutenção do regime escravista, assim como a figura das mulheres escravizadas que, além de reproduzirem a escravidão enquanto mão-de-obra, também geravam-na pelo ventre.

Com as pressões internas e externas para o fim do tráfico transatlântico de africanos e também para o fim da escravidão, uma vez que o Brasil encontrava-se cada vez mais isolado internacionalmente, algumas leis abolicionistas passaram a ser propostas e discutidas na segunda metade do século XIX no sentido da emancipação gradual e controlada e com indenização aos proprietários. Aprovada em 28 de setembro de 1871, a lei n. 2.040, também conhecida como Lei do Ventre Livre, declarava livres todos os filhos de mães escravizadas, rompendo o princípio que reproduzia o regime do cativo. A legislação também estipulava que esses filhos, também chamados de ingênuos, permaneceriam sob a tutela dos proprietários de suas mães até os oito anos. Depois disso, os senhores poderiam optar por

receber uma indenização do Estado ou utilizar os serviços daquele menor até os vinte e um anos de idade. No caso das mães obterem a liberdade, os filhos menores de oito anos seriam entregues a elas, a menos que fosse acordado que ficariam com os senhores. Para além dessas mudanças, a lei assegurava que as mães teriam o direito de acompanhar seus filhos menores de 12 anos em caso de venda.

Apesar de representar um passo decisivo para estremecer as estruturas da escravidão, essa lei, em contrapartida, poderia ter estendido o regime escravista até o século XX, caso não fosse seguida por outras medidas e leis que fizeram parte do processo de Abolição, e que foram arrancadas pelas próprias pessoas escravizadas e por seus aliados abolicionistas. Na época da aprovação da Lei do Ventre Livre ainda existia mais de um milhão e meio de pessoas escravizadas no Brasil.

Trata-se de uma legislação voltada menos para os interesses de mães e filhos e muito mais aos de seus proprietários, que tinham sua propriedade de seres humanos indenizada. Na prática era comum que se tratasse de o senhor optar entre explorar uma pessoa da primeira infância aos 21 anos, ou abandoná-la ao nascer.

Assim, a obrigação de libertação dos ingênuos impactou diretamente no aumento do abandono de bebês na Roda dos Expostos, um tipo de instituição mantida pela Igreja Católica, a fim de acolher crianças espúrias (fruto de relações consideradas ilegítimas) ou abandonadas. Como muitas das mães também eram alugadas como amas de leite, em especial nos grandes centros urbanos como a cidade do Rio de Janeiro, seus bebês logo eram separados de suas companhias. Desta forma, enquanto os filhos de famílias brancas eram amamentados por seios negros, os filhos de ventre livre ficavam à própria sorte, muitas vezes indo a óbito pela falta de alimentação adequada na fase inicial da vida. A Roda dos Expostos não era o único destino de crianças abandonadas, sendo muitas crianças simplesmente deixadas ao relento.

Embora houvesse muita frieza e perversidade por parte dos senhores, houve também muita luta e resistência por parte das mães escravas de crianças livres. Muitas foram as estratégias utilizadas por essas mulheres que queriam permanecer com seus rebentos. Recorriam a tribunais, mas também em grande número às fugas. Ao descobrirem a gravidez ou na véspera de parir, muitas fugiam para que pudessem garantir que seus bebês não seriam separados delas e abandonados. Isso sem contar os casos de mães que fugiam levando os filhos, de todas as idades.

500 DE GRATIFICAÇÃO.

Continúa a estar fugida, desde 19 de Agosto de 1871, a preta Felippa

pejada e com a barriga bastante crescida, demonstrando muita proximidade de dar á luz (o que deve ha muito ter acontecido). Estava



Consta que está acontecida pela corte, seus arrabaldes e Engenho-Novo, intitulada liberta e apresenta ás vezes papeis falsos, dizendo que são os titulos de direito que tem de sua liberdade, dados pela justiça, tudo isso para não ser suspeita e reconhecida, afim de poder continuar na sua fuga a medida de seus desejos, por ser uma escrava desobediente, atrevida e de conducta reprehensiva, e de condição devesa, não querendo sujeitar-se aos seus deveres de escrava e ao regimen moral e humano de seu dito senhor



A dita escrava tem o nome mudado, e quando transita é com muita cautela e vigilancia, ora bem trajada, ora de trajes regulares, usando quasi sempre de chale e chinelas, anda sempre com pessoas de sua parcialidade, para não ser suspeita e apre-

Entre 1871 e 1888, são incontáveis os casos de mães que tomaram em suas mãos o destino de suas famílias por meio da fuga. Numa época em que a maioria da população negra já não era escravizada, elas tinham não apenas quem as escondesse mas também quem conseguisse bons trajas e documentos falsos para que elas circulassem pela cidade como mulheres livres. Alguns casos do Rio de Janeiro foram analisados pela historiadora Lorena Ferres Telles.

Em 1871, Felipa fugiu “com a barriga bastante crescida, demonstrando muita proximidade de dar à luz”. Seu senhor a descrevia como “desobediente, atrevida e de conduta reprehensiva”, ao mesmo tempo em que reclamava que ela contava com “pessoas de sua parcialidade para não ser suspeita e apreendida”. Três anos depois, ela se apresentou à justiça junto com um homem livre, requerendo a liberdade da criança, com base na Lei do Ventre Livre, e para si própria, mediante pagamento de seu valor ao senhor.

Venância, de 18 anos de idade, foi traficada grávida do Piauí, fugindo assim que chegou à então capital do país, no ano de 1874.

Em 1879, Julieta fugiu grávida de cinco meses e ao longo de três anos sua proprietária persistiu anunciando, sem sucesso, recompensas por sua captura.

Leandra fugiu para dar a luz a uma filha longe do mando senhorial em 1880, retornando em seguida para dar fuga a seu outro filho, Luiz, de 11 anos de idade. Reconstruindo sua vida fora do cativeiro, ela passou a andar “como livre” e com o “nome mudado”, sem que o senhor conseguisse capturar nem a mãe, nem os filhos.

No ano seguinte, Floriana fugiu “trajando bem como se fosse livre”, quando estava “grávida de 8 para 9 meses”. A suspeita do senhor era a de que havia sido acolhida pelo pai da criança.

Também em 1881, Vicência fugiu grávida de 8 meses e a suspeita do senhor era de que ela estava morando com a mãe em cortiço do bairro de Laranjeiras.

O objetivo da Lei do Ventre Livre era colocar nas mãos dos senhores os rumos do processo de emancipação do regime escravista, permitindo com que o cativeiro persistisse por mais algumas décadas e que as concessões de liberdade fossem indenizadas com trabalho e dinheiro. Porém, a história dessas mães mostra que elas muitas vezes tomaram em suas mãos os destinos de si próprias e de suas crianças, construindo seus próprios processos de emancipação.

OUTUBRO

INSURREIÇÃO EM MINAS

O JEQUITINHONHA.

— As datas dos Estados-Unidos alcançaram até 14 de janeiro. Foi proclamada a emancipação de todos os escravos dos Estados rebeldes.

jornais noticiavam a ocorrência de uma “guerra” e que já havia chegado “ordem para a liberdade dos escravos”

Adão confirmara “que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos”

“viam que os Liberais tratavam da liberdade dos escravos,

e que por isso deviam estes tratar de havê-la imediatamente por suas mãos”

quilombo dos Ferreiros, no subúrbio de Diamantina.

coadjuvação da “rapaziada sujeita das matas”,

dos forros já avisados e de alguns “homens de gravata”

“a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se”

O JEQUITINHONHA.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL.

Parece chegada a epocha, em que se deve ir procurando adoçar a misera sorte dos nossos parias. E' tempo de attrahir a attenção do Governo e dos nossos legisladores para a escravidão no Brasil. Quando em todos os paizes civilizados arma-se uma cruzada contra essa instituição das eras pagãs, o Brasil cruza os braços, e com olhar estúpido encara a grande lucta travada nos Estados Unidos, e não encherça sinão uma lucta de interesses materiaes, ali onde desen-

D S T Q Q S S

DATAS QUE OS
RACISTAS
PREFEREM
ESQUECER

1 OS
ABOLICIONISTAS
LUÍS GAMA E
ANGELO AGOSTINI
CRIAM A FOLHA
DIABO COXO
(1864)

2 APULCHO DE CASTRO
FUNDA "O CORSÁRIO",
JORNAL QUE
DENUNCIOU A
VIOLÊNCIA RACIAL
DA POLÍCIA DO RIO
DE JANEIRO (1880)

3

4

5

6

7

8 FUNDAÇÃO DO
CLUBE DO CUPIM,
ASSOCIAÇÃO
SECRETA QUE
PROMOVEU FUGAS
EM PERNAMBUCO
(1884)

9 INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
MINAS GERAIS,
IMPULSIONADA
PELA ABOLIÇÃO
NOS EUA (1864)

10

11

12

13

14

15

16

INSURREIÇÃO
ESCRAVA E
ENGENHOS
INCENDIADOS
EM COTEGIPE,
BAHIA (1829)

17

18

19

20

ATAQUE
POLICIAL AO
ÊXODO DE
CAPIVARI, FUGA
EM MASSA PARA
SANTOS,
LIDERADA PELO
PRETO PIO
(1887)

21

REVOLTA NO
ENGENHO DE
SANTANA, EM
ILHÉUS (BA,1602)
/ REVOLTA DO
BATALHÃO DE
PERIQUITOS, EM
SALVADOR (1824)

22

23

24

25

REVOLTA EM
REAÇÃO À MORTE
DE APULCHO DE
CASTRO (RJ,1883)
/ ATENTADO DO
CAPITÃO PEIXE
FRITO CONTRA
ABOLICIONISTAS
DE CAMPOS
(RJ, 1887)

26

27

28

29

30

31

Temos dados para acreditar que esta manifestação é aconselhada por homens de cor, da ínfima classe da sociedade, que talvez guiados pela horrível esperança nos saques e latrocínios não se temam de afogarem-se no sangue de seus concidadãos. Infelizmente várias circunstâncias, que passaram despercebidas no meio da tranqüilidade e sossego em que vivíamos tornam-se hoje indícios veementes. Tais são, instrução de alguns escravos que lendo as ocorrências da guerra civil nos Estados Unidos as transmitem aos que não sabem ler, compras de armas de fogo feitas por alguns mais audaciosos, certo estado de agitação entre eles, ajuntamentos e grupos de quatro mais indivíduos, conversações figuradas e enigmáticas.



É comum que a História hegemônica trate dos levantes contra a escravização como respostas impensadas e instintivas, ignorando a sofisticação da capacidade de articulação e agência política das pessoas escravizadas, na melhor das boas intenções contribuindo para a desumanização e inferiorização da gente negra que há muito luta por liberdade.

Contraexemplo desse pensamento foram os levantes escravos ocorridos em meados do

século XIX em Minas Gerais. Fazendas de cana-de-açúcar e grãos se espalhavam por toda a região do Vale do Jequitinhonha, enquanto as lavras de diamantes se estendiam pelos arredores de Serro e Diamantina, que no período ocupou o posto de maior produtor de diamantes brutos do mundo.

A tensão social e racial não foi necessariamente inesperada nos anos 1864 e 1865 quando rebeliões de pessoas escravizadas eclodiram nas minas. Sublevações já aconteciam na região desde o começo do século XVIII, quando escravizados foram perseguidos e punidos de diversas formas. Além das sublevações, as fugas e o quilombamento também ocorriam com força na região. Já na década de 1860, os subúrbios do Serro e Diamantina passaram por uma série de investigações e expedições em função dos crimes perpetrados pela chamada “rapaziada sujeita das matas”, ou seja, quilombolas. Apesar de assim chamados, as mulheres executavam um importante papel de vigilância desses territórios, bem como de portadoras e transmissoras de informações. Quilombos que se mantinham através da alimentação do medo de habitantes da região temerosos em denunciá-los, mas também através de solidariedade e trocas comerciais, constituindo uma rede de relações entre gente liberta, escravizada e livre. Essa rede foi fundamental para os planos de rebelião elaborados em 1864.

Pessoas que conquistaram a liberdade não necessariamente conquistavam melhora nas condições de vida, mantendo-se próximas em muitos sentidos da vivência escravizada. As práticas de exploração do trabalho mantinham-se violentas entre trabalhadoras e trabalhadores livres e escravizados, extenuados em rotinas de trabalho nas minas. Sabia-se, já nessa época, que a escravidão não poderia durar muito mais tempo, e enquanto o medo do que se passara no Haiti alimentava o pavor branco, levando liberais brasileiros a discutir em Parlamento medidas gradativas de transição da escravidão, a negritude nas senzalas e quilombos também se mobilizava para encerrar o período de cativo.

Pelas senzalas de Serro e Diamantina já se falava que os liberais avançariam nas negociações para extinguir a escravidão, e os boatos diziam que vários senhores escondiam uma ordem de emancipação conquistada através de uma guerra no exterior. O conflito internacional em questão era a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que dividia o país em uma guerra civil motivada por divergências em relação à escravidão. A guerra norte-americana era pauta de conversas e do noticiário local, especialmente nas páginas do jornal “O Jequitinhonha”, único periódico publicado na região na década de 1860. Além das narrativas das batalhas, o jornal publicava também artigos de opinião sobre as prováveis consequências da abolição nos EUA para o regime escravista brasileiro.

Apesar de compartilharem uma cultura oral muito mais corrente que a escrita, escravizados acessavam esse jornal, lendo em voz alta para seus companheiros de trabalho e senzala, disseminando os boatos de uma liberdade iminente a ser assegurada ou mesmo já conquistada e não anunciada. Esses boatos, e o anseio de liberdade, motivaram um grupo de quilombolas, escravizados, libertos e até mesmo alguns “homens de gravata” a se organizar para tomar a liberdade em suas mãos.

Iniciado no Serro como um plano de fuga coletiva para o sertão das Gerais, logo transformou-se em um plano de extermínio de tantos senhores quanto possível, bem como de escravizados que se opusessem ao plano. A estratégia fora várias vezes adiada pelo temor que alguns nutriam, mas começou a tomar forma em junho de 1864.

Contam os autos processuais que o levante foi elaborado no quarto de uma escola na fazenda Sesmaria, em uma reunião organizada pelo ferreiro Nuno para convencer alguns parceiros a fugirem juntos. O principal argumento de Nuno era a ocorrência de uma guerra noticiada pelos jornais, que apontava a existência de uma “ordem para a liberdade de escravos” ocultada pelos proprietários brasileiros. Presente na reunião, José Cabrinha, pedreiro, e Demétrio, alfaiate, compartilharam a leitura política que faziam a partir das notícias, e convenceram aos outros que havia “coisa melhor” a ser feita para conquistar imediatamente a liberdade:

não haveria de ser uma fuga, mas sim um enfrentamento, uma insurreição.

Além de se tratar de homens alfabetizados, o comando do levante contou com escravizados especializados que desfrutavam de respeito entre seus companheiros e que gozavam de maior mobilidade, circulando entre diversas propriedades, sendo frequentemente aproveitados por vários membros de uma mesma família ou alugados para o desempenho de serviços entre o Serro e Diamantina. Além disso, para trabalhar nas minas era necessário um elevado grau de especialização, e daí provinha um bom número dos sublevados. Dentre dezoito escravizados mencionados, 5 constam como alfaiates, seguidos por 3 cativos domésticos, 2 pedreiros, 2 tropeiros, 2 mineiros, um oficial de ferreiro, um oficial de sapateiro, um marceneiro e um carpinteiro. Dos 40 escravos citados nos autos criminais, 21 foram identificados segundo sua naturalidade, e deste total apenas um era africano. Quase todos eram nascidos em Minas e já há tempos viviam nas fazendas da região.

Esse número era pequeno em comparação aos 400 insurgentes combinados de se reunir no último domingo de outubro em frente da igreja do Rosário, localizada na parte alta da cidade do Serro. Da igreja, planejavam descer ao centro munidos de tochas e armas de fogo para provocar um incêndio nas casas dos mais ricos negociantes de diamantes da região, dentre eles o tenente-coronel que guardava o armamento

da Guarda Nacional. Quando o povo viesse acudir o incêndio, no meio da confusão, a ordem era invadir o quartel da Guarda para tomar todo o armamento que pudessem encontrar, e então iniciariam a matança dos brancos pelos “principais”.

O planejamento envolvia escravizados fugidos – rapaziada quilombola das matas – e assenzalados num raio de mais de 80 km e tinha centros de decisão dispersos pela região. Frustrada através da delação de um escravizado, a rebelião resultou, para variar, em punições exemplares. Concluído no final de novembro de 1864, o julgamento de nove escravos serranos não condenou nenhum deles à morte, mas José Cabrinha, considerado o cabeça da revolta, acabou sentenciado com a pena de galés por vinte anos. Nuno, Demétrio, Adão, o pajem Leonel e Sebastião foram punidos com penas de açoites que variaram de 90 a 200 chibatadas, combinadas com o uso de ferro no pescoço por períodos de três meses a um ano. Foram necessários dois meses para desarticular totalmente a rebelião, mas anos para sufocar o “ódio aos escravos” fortalecido pelo episódio. Além dos diversos recursos que arrastaram o processo, em 1865, com a guerra do Paraguai, novos levantes seriam novamente instigados e sufocados em Minas Gerais. Nesse período, conspirações de pessoas escravizadas na cidade do Serro foram descobertas pela polícia nos meses de maio e agosto, engrossando o cômputo de pelo menos vinte outras espalhadas pela região.

NOVEMBRO

MASSACRE DOS LIBERTOS

uma manifestação de escravos,

recentemente libertos,

porque se dizia que o novo regime

vinha para tornar sem efeito a Lei Áurea.

Indo os manifestante contra a redação de O Globo,

a policia interferiu imediatamente.

os fuzilamentos do dia 17, dizia-se

Hospital da Santa Casa da Misericórdia

MAPPA demonstrativo dos individuos baleados e entrados para este hospital, no dia 17 de Novembro de 1889, dos ferimentos, operações, curados e fallecidos.

CEMITERIO DA SANTA CASA DA MISERICORDIA

MAPPA demonstrativo dos corpos sepultados no cemiterio da Santa Casa da Misericordia, nos dias 18 e Novembro de 1889.

ANNO	NOMES	DIAGNOSTICOS	OPERAÇÕES	CURADOS	MORTOS	Sahidas			OBS.
						DIA	MEZ	ANNO	
1889	Anzelo dos Santos Pereira	Ferimento na coxa esquerda							
	Manoel da Silva Assumpção	Ferimento no peito direito				28	Novembro	1889	
	Jacinto	Ferimento na coxa direita				21	Dezembro	"	
	Selbstião José Pereira	Ferimento na mão direita				6	"	"	
	Conrado Alves da Silva	Ferimento no antebraço direito	Amputação da mão direita			6	"	"	
	Dellim Novaes	Ferimento no braço direito	Amputação do antebraço direito			6	"	"	
	Raimundo Araujo da Costa	Ferimento leve na coxa direita	Amputação do braço direito			6	"	"	
	Marcellino dos Santos	Ferimento na perna direita				26	"	"	
	José Vieira do Nascimento	Ferimento na perna direita	Amputação da perna direita			16	Janeiro	1890	Falleceu em consequ
	Sergio	Ferimento de bala				10	"	"	
	Martinho	Idem idem				17	Novembro	1889	Transveram morto.
	João de Brito	Idem idem				17	"	"	Idem idem
	Lucas Borba	Idem idem				17	"	"	Idem idem
	Luiz Angelo de Jesus	Ferimento na booca				30	"	"	
		Ferimento no braço direito				5	Dezembro	"	

NOMES	IDADES	NATURALIDADES	ESTADOS	CORES	MOLESTIAS	OBSE
João de Brito	40 annos	Maranhão	Solteiro	Parda	Ferimento por bala	
Sergio	22 "	"	"	Preta	Idem	
Martinho	29 "	"	"	Parda	Idem	
Raimundo Araujo Costa	34 "	"	"	Preta	Tetano proveniente de bala	

da Misericordia, 98 de Junho de 1890.

D S T Q Q S S

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

1 QUILOMBOLAS DE
CABO FRIO MATAM
PROPRIETÁRIO DE
TERRAS (RJ, 1805)
/ CRIAÇÃO DO
JORNAL O
ABOLICIONISTA
(RJ, 1880) 2

3 4 5 6 ECLODE EM PATY
DO ALFERES (RJ)
A REVOLTA DE
MANOEL CONGO
(1838) 7 INÍCIO DA
SABINADA NA
BAHIA (1837) /
INÍCIO DA
PRAIEIRA EM
PERNAMBUCO
(1848) 8 ENFORCAMENTO
DOS
REVOLUCIONÁRIOS
DA SEDIÇÃO
BAIANA (1799) 9

10 11 12 13 14 DERROTA DOS
FARROUPILHAS
E TRAIÇÃO AOS
LANCEIROS
NEGROS NO
MASSACRE DE
PORONGOS
(RS, 1844) 15 GUERREIROS DO
QUILOMBO DO
URUBU, EM
CAJAZEIRAS,
ATACAM FAZENDAS
NO CABULA,
SALVADOR
(BA, 1826) 16

17 18 19 MASSACRE DE
LIBERTOS QUE
PROTESTAVAM
CONTRA A AMEAÇA
DE
REESCRAVIZAÇÃO
(MA, 1889) 20 APÓS UM SÉCULO
DE LUTAS,
PALMARES É
DESTRUÍDO
E SEU REI,
ZUMBI,
ASSASSINADO
(1695) 21 22 23

24 25 26 27 28 29 30

O diabo mora nos detalhes; desconfie de narrativas pacíficas. De contradições é feita a História, e muitos são os exemplos – e as disputas – que nos mostram isso. A Proclamação da República, um dos importantes marcos da “democracia” no país, é um desses exemplos.

Nem sempre associada com a ênfase que se deve, a abolição em maio de 1888 teve papel fundamental no fim da monarquia. Não só porque os donos-patrões ansiavam por reparações (maiores) pela perda de várias propriedades, como pela ação das pessoas que lutavam contra aquele regime – o da escravidão. Mesmo assim, se formaram após a abolição grupos de pessoas apaixonadas pela ideia de uma princesa encantada que assinou com pena de ouro a lei da liberdade.

No Maranhão, a defesa da monarquia chegou a outros extremos. Apenas dois dias depois da Proclamação no Rio de Janeiro, a Praça do Carmo em São Luís assistia um episódio de violência que entraria para a História como o “Massacre dos Libertos”. Assim como no sul e sudeste, no Maranhão e em diversas províncias do Brasil ocorreu uma intensa disputa entre monarquistas e republicanos, nas Câmaras e nos jornais, mas também nas ruas, em confrontos abertos como o do dia 17 de novembro.

Doutro lado, distante em vários sentidos do sul/sudeste do território dito brasileiro, no Maranhão já pairava um clima de “esquecidos” pela Monarquia. O esquecimento tinha suas

benesses, que geraram, por exemplo, denúncias de que alguns senhores insistiam na escravidão, alegando que a Lei Áurea não revogava a obrigação de cumprimento das prestações de serviços pelos adolescentes e crianças alforriadas por efeito da Lei do Ventre Livre em 1871 (ver SETEMBRO). Em 22 de Maio de 1888, menos de uma semana após a Abolição, um jornal de São Luís denunciou que “filantropos” mantinham ainda pessoas escravizadas e “debaixo de sete chaves”.

Com a recém-conquistada liberdade em mãos, muitas dessas pessoas refletiam um temor que pairou por anos em todo o país: o medo da reescravização. A liberdade não estava dada, e a conquista nem sempre parecia permanente. A impassividade apontada por Aristides Lobo aqui não era uma opção, pois para muita gente que já havia sido escravizada, seus ex-senhores trocaram rapidamente suas roupas de fazendeiro por fardas republicanas, e o discurso da indenização muitas vezes cheirava a reescravização. Nesse sentido, para elas o fim da monarquia, instituição que encerrara legalmente a escravidão, poderia significar a revogação da Liberdade.

São esses boatos que acendem a faísca de uma manifestação popular, composta por “libertos”, “homens de cor”, “cidadãos do 13 de maio” e “ex-escravos” que saíram às ruas de São Luís para defender a Liberdade, e por associação também a monarquia. Se a Proclamação do Rio

de Janeiro foi disparada através de um boato da prisão de Deodoro, em São Luís, o poder do boato levou às ruas milhares de pessoas que temiam a volta da escravização. Não à toa, a afluência de pessoas concentrou-se inicialmente na Praça do Carmo, onde já estivera o Pelourinho da cidade e de onde, em maio de 1888, havia partido também a “passeata dos libertos”, seguindo dali em direção ao jornal O Globo (o povo nunca foi bobo), onde aconteceria uma conferência acerca da proclamação (o jornalista Paula Duarte seria declarado o novo governador republicano, apenas mais um golpe).

Entre duas e três mil pessoas se dirigiam para o jornal, número expressivo para a cidade de São Luís da época. Pouco guarnecido, e não totalmente alinhado às expectativas do jornalista, o chefe de polícia garantiu um destacamento de doze homens para defender o jornal, ou seja, a vida de Duarte. Frente a milhares de pessoas determinadas a lutar pela liberdade, o destacamento seria facilmente esmagado se não estivesse fortemente armado, e fosse autorizado a descarregar munição na multidão. Foram quatro mortos e diversos feridos, inclusive pela dispersão que as balas provocaram. Assim como o dia anterior, todo o dia 17 de novembro de 1889 seguiria intranquilo. Tampouco foram pacíficas, nos dias seguintes, as consequências e a memória dessa “manifestação de escravos recentemente libertos”, como contraditoriamente chamaram alguns contemporâneos do fato.

No discurso, alguns apressaram-se em relativizar os eventos, que não teriam passado de alguns distúrbios populares como um tiroteio ao cair da noite. Nos anos seguintes, outros registros também o minimizariam, e mesmo o número de mortos e feridos é invocado como demonstrativo de escala. O fato é que o “Massacre de 17 de novembro” passou imediatamente para o imaginário popular simplesmente porque era bastante plausível naquela realidade. Ou seja, forças policiais massacrarem pessoas negras recém libertas em praça pública em nome do regime político que as manteria escravizadas era perfeitamente crível em um contexto de extrema fragilidade da condição livre e da própria existência negra. Prova material disso é a forma como a polícia tratou as pessoas detidas,

ou, mais ainda, como a saúde pública tratou quem se feriu em decorrência dos eventos do dia 17. Mulheres detidas tiveram seus cabelos raspados com tanta maestria que deixaram escoriações em suas cabeças, enquanto outros presos levaram bordoadas e outras violências físicas. Feridos levados à Santa Casa de São Luís foram amputados em casos sem necessidade, como apontou o barbeiro – negro – responsável pelas amputações no hospital. Ao questionar as ordens, teria escutado que “em briga de branco negro não se mete”, o que servia tanto para ele quanto para as vítimas do massacre, que tiveram seus membros “cortados pela República”.

As mortes oficiais podem ser apenas quatro: João de Brito, Raimundo Araújo Costa, Sergio e Martinho, mas dentre as vítimas de ferimentos podemos entrever a intenção de um massacre. Os registros hospitalares descrevem vítimas atingidas em partes do corpo como o peito, braço e antebraço, o que demonstra a intenção de matar e não apenas amedrontar ou dispersar a multidão. Todas as vítimas oficiais têm algo em comum entre si e com as maiores vítimas atuais da violência policial: homens, muitos jovens, de cor preta ou parda.

As mortes, amputações e a tortura policial funcionaram como um linchamento racial, visando a restrição dos corpos negros à

docilidade e passividade política. A caminhada até o jornal O Globo, assim como a “passeata dos libertos” no ano anterior, era parte da estratégia abolicionista no país de fazer do espaço público um locus de debate e prática política. Não foram incomuns nas décadas finais da escravidão concentrações de pessoas em parques e passeatas organizadas pelo movimento em diversos lugares, atuação política de cunho popular introduzida amplamente em nossa cultura por abolicionistas.

A experiência histórica do Massacre dos Libertos na São Luís pós-abolição recém republicana nos mostra que as contradições são a própria trama da História. Que um massacre, como lembrou Matheus Gato, é possível no imaginário especialmente se é possível na materialidade; que os sentidos políticos das palavras e práticas são uma constante disputa. Que o medo do cativo que possuíam as pessoas negras livres se referia mais ao medo de uma novidade que nada tinha de promissora, como a experiência macropolítica até então. O “massacre” nomeia não só os eventos do espaço tempo concretizado no dia 17 de novembro de 1889 em São Luís, mas também toda uma gama de violências perpetradas antes e depois desses eventos, formadas pelo “medo do cativo, memória do braço amputado de um pai e rotina de tortura policial”. Marcas de um passado negro que por caminhos tortuosos se apresenta nas pequenas e grandes histórias do Brasil.





DEZEMBRO

ABOLIÇÃO DE
COSME BENTO

O Balaio chegou!

O Balaio chegou!

Cadê branco?

Não há mais branco!

Não há mais sinhô!

Internado pelo sertão, levanta-se a ra escravos das fazendas

tornara-se o terror de uma vasta zona de cultura.

o temeroso quilombo do preto Cosme Bento das Chagas

Imperador das

Liberdades

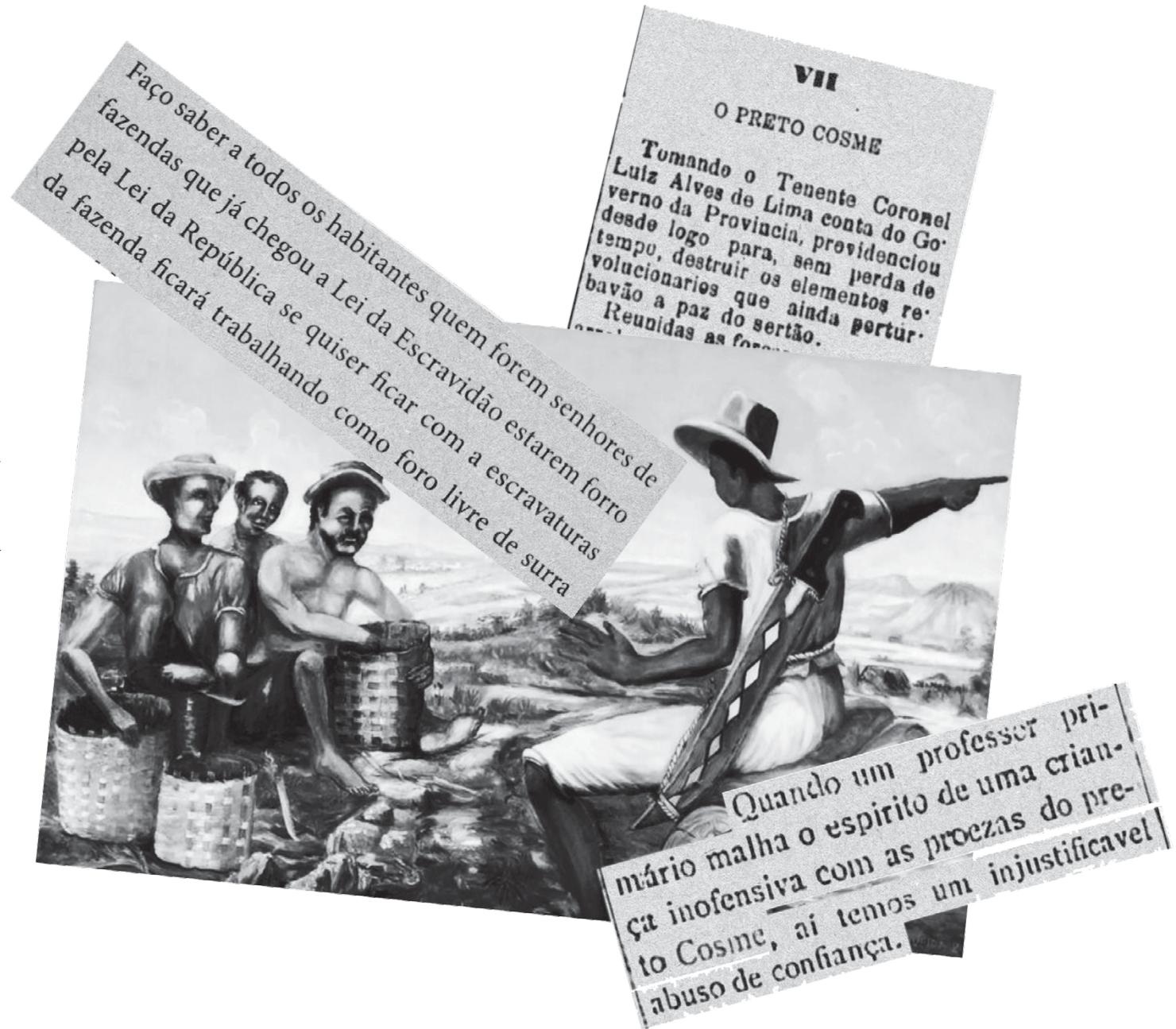
Bemtevis

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7 CINCO PRESOS PELA INSURREIÇÃO DE QUEIMADOS (ES) FOGEM DA CADEIA PARA UM QUILOMBO (1849)
8 INSURREIÇÃO DE ESCRAVOS EM SANTO AMARO E SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA (1816)	9	10	11 AS TROPAS DO FUTURO DUQUE DE CAXIAS ATACAM O QUILOMBO DE MANOEL CONGO (RJ, 1838)	12	13 TOMADA DA CADEIA DA VILA DA MANGA DÁ INÍCIO À BALAIADA, NO MARANHÃO (1838)	14
15	16 DESCOBERTOS POVOADOS CLANDESTINOS DE LIBERTOS, FUGITIVOS E BANDOLEIROS EM TIJUCO (MG, 1752)	17 COSME BENTO DECRETA O FIM DA ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO NO CONTEXTO DA BALAIADA (1840)	18	19 EXPEDIÇÃO CONTRA O QUILOMBO DO REI ANTÔNIO, EM QUELUZ (SP, 1884)	20	21
22	23	24 TENTATIVA DE INSURREIÇÃO ESCRAVA EM ROSÁRIO DO CATETE (SE, 1824)	25 TENTATIVAS DE INSURREIÇÃO EM ITU, SOROCABA E SÃO CARLOS (SP, 1809) / TENTATIVA DE LEVANTE EM ALAGOAS E PERNAMBUCO (1814)	26	27	28
29	30	31				

DATAS QUE OS RACISTAS
PREFEREM ESQUECER

Nunca é demais lembrar que o Brasil foi o último país do continente a abolir a escravidão. Antes de a princesa assinar a Lei Áurea, todos os demais soberanos da América (incluindo as metrópoles europeias que ainda tinham colônias) já haviam feito isso. A primeira Abolição aconteceu no Haiti, pelas próprias mãos da gente escravizada, quase um século antes do Brasil. Portanto, não existe qualquer fundamento para atribuir à família imperial ou aos políticos do Brasil a iniciativa por superar a escravidão: eles apenas se mexeram quando ela já estava comprometida pela oposição interna e externa. Em 1888, o Brasil estava isolado internacionalmente, a resistência levava ao descontrole por toda parte e a Abolição corria o risco de acontecer pelas mãos das pessoas escravizadas e de seus aliados mais próximos.

Muito diferente era o contexto do anúncio de uma outra lei de Abolição, bem menos conhecida, e que teve sua implementação impedida pelo Exército do Império. Este contexto era o da Balaiada, revolução popular que explodiu no Maranhão e Piauí em 1838, meio século antes da Lei Áurea.



Faço saber a todos os habitantes quem forem senhores de fazendas que já chegou a Lei da Escravidão estarem forro pela Lei da República se quiser ficar com a escravaturas da fazenda ficará trabalhando como foro livre de surra

VII
O PRETO COSME
Tomando o Tenente Coronel Luiz Alves de Lima conta do Governo da Provincia, providenciou desde logo para, sem perda de tempo, destruir os elementos revolucionarios que ainda perturbavão a paz do sertão. Reunidas as forças...

Quando um professor prímario malha o espirito de uma criança inofensiva com as proezas do pre-abuso de confiança, aí temos um injustificavel

A Balaiada foi uma guerra popular que congregou setores livres, libertos e quilombolas numa mesma luta contra a elite escravista do Maranhão e as forças armadas do Império. O movimento começou como luta contra o recrutamento militar e contra a violência e discriminação de cor que atingiam caboclos, pardos e pretos livres. O estopim foi o estupro de uma jovem por militares que recrutavam homens à força no interior do Maranhão. No decorrer do conflito, muitos dos rebeldes balaios uniram forças com a resistência de quilombolas no interior distante da província. Foi uma dessas lideranças quilombolas, Cosme Bento das Chagas, a primeira autoridade a decretar oficialmente o fim da escravidão em algum ponto do Brasil.

Natural de Sobral, no Ceará, Cosme Bento participou da formação de um quilombo no sertão do Maranhão que se tornou imenso ao longo dos conflitos armados da Balaiada. Nesse contexto, a guerra dificultava o controle dos senhores sobre os escravizados, possibilitando fugas em massa. Inicialmente, o líder quilombola ordenou a libertação nas fazendas mais próximas do quilombo, passando em seguida a mandar emissários a fazendas cada vez mais distantes para que fossem libertadas as pessoas cativas, caso contrário os senhores seriam atacados.

Quando já comandava mais de três mil guerreiros dos quilombos, Cosme Bento passou a se corresponder com outros rebeldes da Balaiada e com fazendeiros e autoridades de outras partes da província, apresentando-se como “Tutor e Imperador da Liberdade”. Nessa condição anunciou “a todos os habitantes que forem Senhores de Fazenda que já chegou a Lei da Escravidão”, ou seja, deveriam estar “forros pela Lei da República” todos os escravizados. Dizia ainda que se algum senhor “quiser ficar com as escravaturas da fazenda”, o ex-escravizado “ficará trabalhando como forro, livre de surra” e recebendo por isso. Por fim, concluiu sua proposta de paz chamando pro arrebento em caso de recusa em abolir a escravidão: “Essa é a minha Combinação. Espero a resposta ou de ofício, ou de Bala.”

Cosme Bento também escreveu aos rebeldes Balaios, com quem pretendia combinar a “marcha da guerra”, reunindo seus guerreiros a eles em nome da “Lei da Liberdade Republicana”. Porém, nem todos os rebeldes livres da Balaiada juntaram-se a ele, já que algumas lideranças aceitaram a proposta do exército imperial de obter a anistia em troca do combate aos quilombolas. Foi desta maneira, provocando uma rixa entre rebeldes livres e quilombolas, que a repressão escravocrata venceu a “Lei da Liberdade”.

A Abolição de Cosme Bento não se efetivou porque foi militarmente derrotada pelas tropas imperiais, comandadas por Luís Alves de Lima, que recebeu o título de Barão de Caxias em recompensa dos serviços prestados contra a Balaiada e a favor da escravidão. Décadas mais tarde, ele seria promovido a Duque de Caxias, desta vez em recompensa pelo massacre que comandou na Guerra do Paraguai. Atualmente cultuado como patrono do Exército brasileiro, venceu os balaios e os quilombolas de Cosme Bento utilizando desde o extermínio via envenenamento da água até a infiltração de “espias” para provocar conflitos internos nos quilombos. A covardia e a mentira foram as armas do Exército e da Monarquia para que não se efetivasse uma Lei de Abolição que antecede em meio século a Lei Áurea e que foi elaborada não num parlamento, mas num quilombo.

Além do apagamento de seu papel na história da Abolição, Cosme Bento recebeu a pena de morte por ter outorgado a “Lei da Liberdade”, tendo sido executado em setembro de 1842 na Praça do Mercado, em frente a Cadeia Pública de Itapecuru, interior do Maranhão. Nos termos de um relato da época, foi “solenemente enforcado em presença de numerosos escravos da região para que o seu suplício sirva de exemplo aos que ainda sonham fugir das fazendas para os quilombos.”



Tenho a subida honra de fazer as minhas despedidas por este anno,



e prometto voltar para
nova escaramuça

EXÉRCITO E A ESCRAVIDÃO. O Exército brasileiro, assim como a Marinha de Guerra, foram o braço armado que sustentou o escravismo no Brasil. Não fosse a sua posição permanente de sufocador de movimentos de escravos e a sua postura de guardião da ordem escravista, possivelmente o epílogo do processo social concluído em 13 de maio de 1888 fosse bem diverso. A exemplo da Igreja Católica (V.), o Exército, àquela época sinônimo de Forças Armadas, nunca tomou posição contra o sistema escravista. Ao contrário, mesmo sabendo que desde 1831 o tráfico de escravos era ilegal no Brasil, nele se envolveu profundamente.

Fructos do abollonismo

No *Diario do Brazil* lêse o seguinte:
«As apolices da dívida publica estão cotadas a 1:030\$000. Ainda ha pouco estavam a 1:080\$000.
As açções do Banco do Brazil estão cotadas a 25%\$. Ainda h. pouco eram cotadas a 300\$000.
Todos os papeis de credito, emfim, perdem de valor dia por dia.
A desconfiança é geral. O capital se retrahê. O espirito de emreza desaparece.
As economias nacionaes emigram constantemente do nosso paiz, e vão de outros povos.
O commercio queixa-se com fundamento de avultados prejuizos por esta depressão geral de valores.»



A grande *degringolade*
Quando o paiz se resolve a quebrar os ferros e gritar: *liberdade!*... Que sarilho! que será do carro, do lélado, do Saraiiva, da monarchia, da imperial sciencia, dos papos de lucanos e da tranquillidade da lavoura!

Bibliografia

- ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199.
- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. Desafiando a escravidão: fugitivos e insurgentes negros e a política da liberdade nas fronteiras do Rio da Prata (Brasil e Uruguai, 1842-1865). 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631562>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. “Conspiração mina-nagô em Pelotas (1848): organização rebelde e repressão”. 11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Pelotas, setembro de 2023.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica D. (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 296-327.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De Caboclos a Bem-Te-Vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015.
- BRASIL. Lei n. 4, de 10 de junho de 1835 (Pena de morte para escravizados que matam seus senhores).
- BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre)
- CONRAD, Robert. *Últimos Anos Da Escravatura No Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Civilização brasileira, 1978.
- COSTA, Tanize. *Abolicionismo em ação: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes (1884-1888)*. – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2015.
- EQUIANO, Olaudah; A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o Africano, escrita por ele mesmo. São Paulo: Editora 34, 2022.
- GATO, Matheus. “Ninguém quer ser um treze de maio”: Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903–1907). *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 01 , p. 117-140 , 2018.
- GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. In: *Das Senzalas para os Salões*. Fortaleza. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. 1988.
- GOMES, Arilson dos Santos. *Escravidão e Pós-Abolição no Ceará: memórias e trajetórias das populações libertas na cidade de Redenção*. *Revista Crítica Histórica*, 12(23), 2021. p. 189–221. <https://doi.org/10.28998/rchv12n23.2021.0009>
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2010
- LAW, Robin. *Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo ‘mina’*. *Tempo*, v. 10, n. 20, p. 98–120, jan. 2006.
- LIMA, André Nicacio. *Escravidão e liberdade nas experiências do colonialismo suíço no Império do Brasil*. 11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Pelotas, setembro de 2023.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- “Lugares de Memória da Escravidão e da Cultura Negra em Pernambuco” In: <https://memoriaescravidaope.wordpress.com/>
- MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 2012.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- MACHADO, Maria Helena P. T.; HUBER, Sasha (orgs.). *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010.

MELO, Patrícia Maria Alves. de. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 13, p. 1–12, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79516. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79516>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2021. 6ª. edição.

MOTA, Isadora Moura. Rebelião escrava nos sertões diamantinos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Dossiê, pp. 63-77, 2005.

MOTA, Isadora Moura. A galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se: a revolta escrava do Serro (minas gerais, 1864). História social. Campinas – SP, n.12, pp. 35-51, 2006.

PIROLA, Ricardo Figueiredo, A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

“Representação apresentada por cidadãos livres da cidade de Campinas à Presidência da Província. Campinas, 11 de abril de 1871”. Arquivo Público do Estado de São Paulo, MSS. TI-Escravos, 1843/1888, Cx. 3, Ordem 5535A. Folha 3.

RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a Abolição. Afro-Ásia, Salvador, n. 6-7, 1968. DOI: 10.9771/aa.v0i6-7.20680. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20680>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, Bento Chastinet. Estratégias de liberdade e projetos de emancipação da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, 1870. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SILVA, Maurineide Alves da; PAULA, Eliete Cristina Oliveira de. As formas de resistência do escravo à escravidão no Brasil. Literatura e História, v. 9, n. 2, dezembro/2019. Goiás: UEG.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “A Sociedade Libertadora Bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888).” XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, julho de 2015.

SOUZA, Arthur Danillo Castelo Branco de. Corroendo a árvore da escravidão: o Clube do Cupim e o movimento abolicionista em Pernambuco 1880-1900. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; GOMES, Flávio dos Santos; BRITO, Luciana da Cruz; VIANA, Iamara da Silva. (Orgs.). Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação. 1ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2021, p. 41-61.

Ficha catalográfica

elaborada pelas autoras

H673 História da Disputa: Disputa da História, pseud.

Calendário Insurrecional 2024: lutas antirracistas//terror escravocrata. História da Disputa (pseud.). - São Paulo: HDistro, 2024. 60 páginas.

ISBN: 978-65-997267-2-9

1. História do Brasil; 2. Revoltas e revoluções; 3. Abolição; 4. Império. 5. República; 6. Escravidão. I. Título.

CDD 981.04

© Será processado por tribunal revolucionário de exceção em caso de uso pelego deste conteúdo

historiadadisputa.com/

Scenas ... do abolicionismo

“Os abolicionistas, quaisquer que sejam as consequências que daí advenham, não podem tolerar que a policia continue a pegar pretos fugidos, fazendo da cadeia deposito de GADO destinado ao matadouro das fazendas. Cumpre agir e operar resolutamente. Unamo-nos e se por bem não conseguirmos tomar as prezas das garras dos abutres, arranquemos a força. É assim que devemos fazer, hoje não há mais escravos, portanto a imitação dos de S. Paulo fujam todos em massa, que isso não é crime”

1º de Março 1888

Os escravos, senhores da fazenda, percorreram a casa, soltaram um escravo que se achava preso, e derramaram-se pelas imediações em busca do Sr. Luiz de Pontes e mais pessoas, cuja morte pediam em altos gritos.

os vexames e extorsões exercidos, nesta capital, contra os senhores de escravos, por homens desordeiros e anarchistas, que se dizem abolicionistas.

Neste municipio, durante a semana finda, deram-se tres assassinatos de feitores de fazendas por escravos das mesmas.

Natal, 10 de dezembro.—Os escravos abandonam os engenhos, refugiando-se em Mossoró, sob a protecção dos abolicionistas

escravos, que, armados de foices, cacetes e garruchas, se atiraram sobre elles.

Animados sempre pelo empenho de espoliar a lavoura, muitos abolicionistas não trepidam em aconselhar e praticar actos criminosos afim de realizar o seu reprovado proposito.

Fortaleza, 5 de Junho. Os typographos dos diversos jornaes fizeram greve; recusando-se a compor todo o artigo contra os abolicionistas.



BURACO DO TATU, QUILOMBO DO. Este quilombo, formado em 1744, conforme pesquisa de Pedro Tomás Pedreira (1962), ficava situado nas cercanias da cidade de Salvador, a uma distância de...

AMBRÓSIO, QUILOMBO DO. O mais famoso e importante quilombo de Minas Gerais, também chamado Quilombo Grande, pelo seu tamanho e duração. Calcula-se que tenha chegado a contar mais de mil habitantes numa sociedade...

ANDARAÍ, QUILOMBO DO. Pequeno quilombo baiano existente no século XVIII, de cuja organização interna se têm poucas informações. Sabe-se apenas que foi destruído, juntamente com o quilombo de Oróbó (V), pelo capitão...

JABAQUARA, QUILOMBO DO. Coletividade negra organizada basicamente pelos abolicionistas na periferia da cidade de Santos, no estado de São Paulo, na fase final da abolição. Muito exaltado tendo inclusive sido...

DIAMANTINA DO TIJUCO, QUILOMBO DO. Nessa região de Minas Gerais, diz Waldemar de Almeida (1972) que sempre houve quilombos. Não havia realmente...

PAI FELIPE, QUILOMBO DO. Ajuntamento de escravos existente, no século XIX, num recanto de Vila Matias, em Santos (São Paulo). Pai Felipe, um preto velho, era o chefe e, segundo depoimento da época, tinha “timo aguçado” e muita prudência...

ALAGOA, QUILOMBO DA. Quilombo existente na Ilha do Desterro em Santa Catarina, que, segundo...

BAEPENDI, QUILOMBO DE. Ajuntamento de negros escravos fugidos em Minas Gerais, constituído em 1736. A presença desse quilombo, com suas atividades, em Minas Gerais por volta de 1764. Uma ordem datada de 25 de janeiro de 1765 mandava que...

KALUNGA, QUILOMBO DO. Comunidade negra, no meio leste do estado de Goiás, remanescente de antigo quilombo. Situada entre os municípios de Cavalcante e Monte Alegre, vivia, até pouco tempo atrás, em...

PECANHA, QUILOMBO DE. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, em 1775, foi descoberto um quilombo “extraordinariamente grande, que já se constituía, naquela região de Minas Gerais, em uma comunidade organizada. Somente...

MATA BRASIL, QUILOMBO DO. Ajuntamento de negros fugidos que se formou em Pernambuco durante a ocupação holandesa (1626-1654) e as autoridades batavas. Não se sabe...

ENSEADA DO BRITO, QUILOMBO DA. Quilombo que existiu em Santa Catarina e do qual se têm poucas informações. Aglomerado de negros fugidos, localizado no interior da Bahia, no século XVIII. Situava-se no território da atual cidade de Itaberaba, a cerca de 250 quilômetros do...

MARES E CABULA, QUILOMBO DOS. Dois quilombos localizados na periferia de Salvador (Bahia). Ambos foram muito ativos, proporcionando grande trabalho às autoridades de repressão. O primeiro governador e capitão-general da Bahia...

PILAR, QUILOMBO DO. Ajuntamento de negros fugidos, considerado por Odorico Costa o mais importante na região de Goiás. Negros de várias procedências, na ânsia de conseguirem explorar as jazidas de ouro, fugiam para aquela região e, em consequência, formaram um quilombo de proporções ponderáveis. Na impossibilidade de...

PIOLHO, QUILOMBO DO. Localizado na região mato-grossense, na Serra dos Parecis, vizinhança de Guaporé e do arraial de Vila Bela, à margem do rio que lhe deu o nome, foi denominado, posteriormente, Quilombo da Carlota. Teve início mais ou menos em 1770 e no mesmo ano foi atacado pelo sertanista João Leme do Prado, que capturou “numerosa escravatura”. Apesar disso, os escravos continuaram no quilombo. Sua base econômica era a agricultura...

SERRA DA MARCELA, QUILOMBO DA. Ajuntamento de negros fugidos em Minas Gerais, destruído por Bartolomeu Bueno do Prado...

CUMBE, QUILOMBO DO. Formado, na Paraíba, por negros que possivelmente sobreviveram ao massacre de Palmares, juntamente com outros da capital e do interior, reunia-se num ponto da Várzea onde ficava localizada a Usina Santa Rita. Segundo Adhemar Vidal (1962)...

INFERNO, QUILOMBO DO. Junto com o Quilombo de Cipotema, situava-se nas cabeceiras do rio Curuá, na Província do Pará, quase divisa com o Amazonas. Em 1812, esses dois redutos foram atacados e destruídos por uma força composta de praças de linha e de milicianos de Monte Alegre, Santarém, Alenquer e Óbidos. Essa tropa teve também a participação dos índios Mundurucús, sob o comando do capitão de milícias Bernardo Martinho de...

OROBÓ, QUILOMBO DO. Aglomerado de negros fugidos, localizado no interior da Bahia, no século XVIII. Situava-se no território da atual cidade de Itaberaba, a cerca de 250 quilômetros do...

MANOEL PEDREIRO, QUILOMBO DE. Localizado na margem direita do rio Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi descoberto em 1770. Segundo o Jornal de Pelotas, Príncipe...

QUILOMBO GRANDE. Grande ajuntamento de quilombolas que se organizou em Minas Gerais, na...

QUIXEXIQUE, QUILOMBO DE. Nome de dois quilombos que existiram na região baiana de Jacobina, no início do século XIX, ou possivelmente antes, pois é de 1802 o documento que autoriza a sua destruição. Como ilustra muito bem Pedro Tomás Pedreira (1962), “a existência de quilombos de negros fugidos no então ‘Julgado de Vila Rica’...

TAMARANDIBA, QUILOMBO DE. Em 14 de julho de 1785, Luís da Cunha Menezes (o Fanfarrão Mineiro), das Cartas Chilenas enviou uma ordem ao seu subordinado...

CAMPO GRANDE, QUILOMBO DE. De todos os quilombos existentes em Minas Gerais, o de Campo Grande foi, possivelmente, pela sua duração e pelo número de negros reunidos, o mais importante ajuntamento e aquele que mais trabalho deu às autoridades mineiras para sua destruição...

JACUIPE, QUILOMBO DO. Em maio de 1705, foi anunciada existência desse quilombo nos matos de Jacuipe pelo capitão-general da Bahia, D. Rodrigo da Costa, através de carta escrita pelos oficiais da Câmara da vila de Cachoeira, na qual representavam...

PAPA-MEIS. Negros fugidos, de lendária fama na região de Alagoas, onde atuaram e engrossaram substancialmente as fileiras do caudilho Vicente de Paula, um dos chefes da Cabanagem (V).

PARAOPEBA, QUILOMBO DE. Ajuntamento de negros fugidos, existente em Minas Gerais no século XVIII. Descoberto, foi atacado, em 1732, por Antônio dos Santos e pelo sargento-mor Antônio Coutinho, que, com alguns soldados...

TERMO DE SÃO JOSÉ, QUILOMBO DO. Em 1769, Bartolomeu Bueno do Prado, capitão-general de Minas Gerais, surgiu com quilombos de grande força, onde dois cabeças, conhecidos por Batiero e Beijudo, liderando outros quilombolas, praticaram atos de bandeirismo nas regiões da Pedra da Menina, Ressaca e...

JÁ CHEGA DE
TANTO SOFRER
JÁ CHEGA DE
TANTO CHORAR

NA LUTA
NÓS TEMOS
DIREITO
NA LEI OU
NA MARRA
NÓS VAMOS
GANHAR

